



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

*4ª Reunião Ordinária do*  
**Conselho Superior**  
**do Centro de Altos**  
**Estudos em Controle e**  
**Administração Pública**

*17 de setembro de 2020*





© Copyright 2020, Tribunal de Contas de União  
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

**<https://portal.tcu.gov.br>**

Permite-se a reprodução desta publicação,  
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,  
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

**Missão:** *Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.*

**Visão:** *Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.*

# Sumário

---

<b>Legenda</b>	4
Ministro-Presidente do TCU <b>José Múcio Monteiro</b>	5
Diretor-Geral do ISC <b>Fábio Granja</b>	6
Secretário-Geral de Controle Externo <b>Paulo Wiechers</b>	8
Conselheiro <b>Jackson Schneider</b>	11
Conselheiro <b>José Cechin</b>	15
Conselheiro <b>Murilo Portugal</b>	19
Conselheira <b>Anielle Guedes</b>	22
Conselheiro <b>Fernando Rodrigues</b>	26
Conselheiro <b>Roberto Brant</b>	29
Conselheiro <b>Robson Braga</b>	32
Ministro do TCU <b>Augusto Nardes</b>	36
Conselheiro <b>Everardo Maciel</b>	41
Ministro do TCU <b>Raimundo Carreiro</b>	46

# Legenda

---

Degração da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Centro de Altos Estdos em Controle e Administração Pública – CECAP/TCU, realizada *online* em 17 de setembro de 2020.

- Palavras, nomes, siglas ou expressões **sublinhadas**  
– Houve dúvida na compreensão;
- **[Interlocutor não se identificou]** – Interlocutor não informa o nome ao se pronunciar;
- Reticências [...] – Frase não concluída;
- **[Intervenção fora do microfone]** – Várias falas fora do microfone em que não foi possível a compreensão;
- **[Intervenções simultâneas]** – Várias falas ao mesmo tempo, impossibilitando a compreensão;
- **[Inaudível]** – Interlocutor fala fora do microfone com identificação apenas de palavras desconexas

## *Ministro-Presidente do TCU* **José Múcio Monteiro**

---

**José Múcio** – Primeiro, quero agradecer a presença honrosa de todos os amigos que estão aqui, meu professor, [Inaudível], todos, professor **Everardo**, todos, companheiros do Tribunal de Contas. É com grande satisfação que dou início à reunião da IV Reunião Ordinária do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle da Administração Pública do Tribunal de Contas da União. Essa é a última vez que participo desse encontro como presidente do TCU, tem um sabor também de despedida. A finalidade do centro é produzir e disseminar, interna e externamente, conhecimentos que possibilitem o aperfeiçoamento da administração pública e da atuação desse tribunal. Para atingir esse objetivo, estabelecemos diálogos estratégicos, qualificados e multidisciplinares, com representantes de instituições públicas, da academia, de organizações, de organismos nacionais e internacionais, além de setores organizados da sociedade. Atendendo à solicitação dos nossos membros, adotamos um novo formato de funcionamento do conselho, que possibilita maior tempo de participação de cada um dos debates pois, agora, além do plenário, também temos discussões de grupos técnicos. Os quatro grupos de trabalho que foram constituídos trouxeram contribuições valiosas para o aperfeiçoamento do controle, no período pós pandemia, cujas conclusões serão discutidas nessa reunião. Senhores, o CECAP tem um papel fundamental na busca do TCU pelo alinhamento dos seus resultados, as expectativas e as necessidades do setor público e da sociedade civil. Por isso, sintam-se à vontade para manifestarem todos os momentos, em quaisquer temas que considerarem relevantes. Do nosso lado, faremos tudo para que a nossa interação seja a mais proveitosa possível. Há muito trabalho a ser feito, o CECAP precisa muito dos senhores, e tenho absoluta certeza que os senhores entendem a criação desse grupo. Nós nunca precisamos trocar tantas ideias para ver se conseguimos salvar esse país. Passo a palavra agora, para uma breve exposição, ao diretor geral Instituto Serzedello Correia, o doutor **Fábio Granja**, para abrir, de forma efetiva, esse nosso encontro. Muito obrigado.

Com a palavra, doutor **Fábio**.

## *Diretor-Geral do ISC* **Fábio Granja**

---

**Fábio Granja** – Obrigado, presidente. Bom dia a todos. Gostaria de dar boas-vindas e cumprimentar a todos os presentes, ministro, senhor procurador geral, procuradores, conselheiros, conselheiras, coordenadores do tribunal, secretários e todos os colegas que estão aqui, no dia de hoje. Antes de mais nada, precisamos agradecer, porque vocês que permitam abrilhantar essa nossa reunião do dia de hoje. Antes de entrarmos na reunião, queria só por uma questão administrativa, que é a questão da ata. Como ela foi encaminhada a todos vocês, de forma antecipada, eu pergunto se podemos considera-la aprovada, ou se tem alguma alteração que vocês desejam fazer. Peço que aqueles que consideram que possa ser aprovada, permaneçam como estão. E ninguém tem nenhuma manifestação [Intervenção simultânea]. Pois não?

**Jackson Schneider** – Eu tenho um comentário. É **Jackson**. Eu tenho um comentário, mas é simples. Acabei não conseguindo enviar. Estou fora do Brasil, estou na Europa. Mas eu ligo para você, comento, e é fácil de ajustar. Te agradeço.

**Fábio Granja** – Perfeito. Obrigado, conselheiro **Jackson**, faremos essa sugestão, essa alteração que eu você vai apresentar. Continuando, na nossa proposta de hoje, tínhamos um grande desafio, que era aperfeiçoar a dinâmica do funcionamento do CECAP, em especial visando duas coisas. Primeiro, garantir maior profundidade nas discussões dos temas e, a segunda, a necessidade de dar mais tempo para a discussão e exposição dos nossos conselheiros. Isso foi feito. Nesse sentido, consideramos que a primeira etapa foi muito exitosa, graças às contribuições e todas as interações que vocês trouxeram para esse debate. Nós tratamos, nessas quatro reuniões que foram realizadas, basicamente temas relativos aos desafios e aos aprendizados para a administração pública na pandemia, e como o tribunal poderia melhor atuar nesse contexto. Isso foi realizado com bastante êxito.

Agora, dando continuidade a essas sistemáticas, teremos hoje a nossa reunião plenária, e o principal objetivo da reunião de hoje é conseguir compartilhar as principais conclusões dessas reuniões temáticas e também colhermos as principais impressões dos conselheiros. O desafio que nós temos na reunião de hoje também não é menor. Qual seria? Conseguir absorver o máximo dessas contribuições num tempo muito curto. A reunião está prevista de dez às doze. Por isso eu faço, a partir de agora, alguns pedidos para os senhores e para as senhoras. Primeiro, cada relator apresente em, aproximadamente, dez minutos, as suas conclusões. Logo em seguida, nós não teremos momentos de interação durante as apresentações. Elas terminarão e, em seguida, teremos aproximadamente, sessenta minutos para os debates. A palavra será passada, franqueada, para aqueles que quiserem, onde estimamos, dado que todos podem querer se manifestar, aproximadamente cinco minutos para cada manifestação. É muito pouco, por isso que eu peço que as pessoas busquem trazer aquelas principais observações. E nós vamos receber, por e-mail, como vocês quiserem, por telefone, outras coisas que vocês queiram registrar também, que por algum motivo precisem de um detalhamento maior. Apresentem as principais questões, e o resto absorvemos isso por outros meios do interesse de vocês. Como funcionará na prática? Os relatores apresentaram as principais conclusões das suas reuniões temáticas. Aqueles conselheiros que queiram se manifestar, por favor, solicite o chat ou levantem a mão, que eu mesmo farei o registro e passarei a palavra na ordem que for solicitada. Nós teremos, nessa tentativa de tentar manter o prazo definido, um controle de tempo, então não se assustem se aparecer uma tela azul, indicando o tempo para finalização das falas. No final da nossa reunião, nós faremos um relatório consolidado de todas essas contribuições que pretendemos encaminhar para todas as nossas unidades técnicas, de forma a auxiliá-los, os secretários, nesse plano de fiscalização que o tribunal realiza. Essa é a principal sistemática da reunião de hoje. Já me desculpendo por essa restrição do tempo, que eu sei que realmente é muito curta, mas a nossa ideia é tentar ouvir ao máximo todos os conselheiros. Obrigado pela compreensão. Passo agora a palavra para o nosso secretário geral de controle externo, **Paulo Wiechers**, para relatar rapidamente como está a coordenação das ações.

**José Múcio** – Eu queria, antes da palavra do **Paulo Wiechers**, agradecer a presença do ministro **Nardes**, que é o criador desse grupo, que teve essa ideia. Quero agradecer a presença do procurador **Paulo Bugarim** e **Sérgio Caribé**, como dos demais conselheiros.

**Fábio Granja** – Com você, a palavra.

## *Secretário-Geral de Controle Externo* **Paulo Wiechers**

---

**Paulo Wiechers** – Bom dia, presidente. Obrigado, **Fábio**. Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores ministros, senhores procuradores, senhoras e senhores conselheiros, colegas. Meu nome é **Paulo Wiechers**, estou atualmente ocupando a função de secretário geral de controle externo, do TCU. A secretaria geral de controle externo é a unidade do TCU encarregada de todos os procedimentos relacionados à área fim, ou seja, de forma resumida, nos compete concebermos e realizarmos as ações de controle desenvolvidas pelo tribunal. É um prazer tê-los novamente conosco, ainda que, dessa feita, somente no ambiente virtual, estamos nos adaptando então à essa nova realidade imposta pelo COVID-19, e nenhuma discussão hoje pode ser travada sem que a COVID-19 tenha o protagonismo da pauta. É nesse sentido que o combate à pandemia e aos seus efeitos, foi um dos principais focos de atenção do TCU, durante esse ano de dois mil e vinte. Eu sei que diversos das senhoras e senhores já integram alguns dos grupos temáticos que se reuniram previamente a esse encontro de hoje e, de alguma forma, são conhecedores da nossa forma, da nossa estratégia de atuação. No entanto, apenas para possibilitar o nivelamento de conhecimentos, eu farei uma exposição bastante sintética do que temos realizado. Vai ser bastante sintética, até para não roubar mais do tempo já tão curto que os senhores terão. Eu começo enfatizando que, no mês de março desse ano, ciente dos desafios que estavam sendo impostos ao controle, a partir dessa decretação desse estado de emergência de saúde pública, o plenário aprovou um plano especial, em que foram previstos acompanhamentos – e eu faço um parêntese para dizer que esses acompanhamentos nada mais são que fiscalizações continuadas, fiscalizações que não tem prazo previsto para encerramento. Foi previsto e aprovado acompanhamento em todos os órgãos que, de alguma forma, desenvolvessem ações emergenciais voltadas para o combate ao COVID-19 e suas consequências. O objetivo do plano foi explicitado como: ampliar uma interlocução do TCU com os gestores federais, de maneira a fornecer um panorama real, panorama abrangente e concomitante a respeito das ações governamentais que estavam sendo adotadas.

E ainda, permitiu o apontamento de riscos e de orientação aos gestores acerca de problemas potenciais no desenvolvimento das ações por eles pretendidas que pudessem, de alguma forma, comprometer a efetividade das ações emergenciais que vinham sendo desenvolvidas. E também, que pudessem evitar o desperdício de recursos públicos. Vejam os senhores que, desde o início, o grande mot desse nosso plano de acompanhamento, desse plano emergencial, foi a transparência, as ações, quer dizer, trazer à sociedade informações sobre tudo que vinha ocorrendo. E também uma função pedagógica bastante forte de apoio aos gestores, de orientação, de diálogo com os gestores. Não por outro motivo até, esse nosso programa de implementação foi chamado de COOPERA, mostrando que o intuito do tribunal ali não era atuar de forma punitiva, mas, sim, de forma orientativa. Por sua relevância, gostaria de destacar que figuraram expressamente, como diretrizes desse plano de acompanhamento, que as ações por nós desenvolvidas deveriam causar o mínimo de interferência possível do funcionamento dos órgãos e entidades que estava envolvido na gestão da crise. Porque nós sabíamos, desde sempre, que esses órgãos e entidades já se encontravam extremamente sobrecarregados em face da atipicidade do momento, do cenário que viviam. Também foi uma diretriz do nosso plano, que todo trabalho seria planejado e executado de forma remota, ainda que a impossibilidade de comparecimento a esses órgãos jurisdicionados pudesse, em alguma forma, resultar em limitações às ações de controle. Hoje temos em curso trinta e um acompanhamentos em diversos órgãos e instituições de governo, as mais diversas. Sabemos que a saúde é sempre a face mais visível, quando se fala de pandemia é a primeira a ser imaginada. Mas, nós temos ações em diversas outras. Eu gostaria de destacar, por exemplo, as medidas de resposta à crise, na arrecadação tributária e previdenciária federal. Em relação às alterações orçamentárias e os impactos fiscais decorrentes das medidas de enfrentamento à crise. Programa emergencial da manutenção de emprego e renda. As medidas de resposta na Previdência Social. Aquisições públicas de TI, medidas de transformação digital, atuação de bancos públicos federais, na gestão de risco, na mitigação econômica e social dos efeitos. No setor de infraestrutura, fiscalizações relacionadas aos contratos de concessão de rodovias, às demandas afetas à cadeia produtiva minerária, a renegociação nos valores de outorga e concessões aeroportuárias, também no setor de óleo e gás. Enfim, as áreas são as mais diversas possíveis que temos atuado. Nos cursos desses trabalhos, já identificamos diversas oportunidades de melhoria, que deram ensejo a algumas recomendações e determinações, muitas delas já foram implementadas por órgãos do poder executivo. O que eu gostaria de destacar, em relação a essa atuação da pandemia, é que o tribunal, desde o início, tem atuado de forma coordenada e tempestiva, apoiando os gestores públicos bem-intencionados.

Nós temos compreendido a premência da adoção das medidas que foram implementadas, da dificuldade da tomada de decisão, por conta da existência desse cenário adverso e de um contexto em que respostas rápidas eram exigidas. Essas determinações e recomendações do tribunal, para correção e aperfeiçoamento dos procedimentos, foram absolutamente desvinculadas da aplicação de qualquer sanção. Vejam os senhores, o tribunal proferiu recomendações e determinações, com o intuito exclusivo de aprimorar a gestão pública mostrando, mais uma vez, que o caráter não foi punitivo. Ainda que o TCU tenha entendido que algumas soluções pudessem ter sido melhor concebidas, melhor implementadas, precisava de aperfeiçoamentos, em nenhum momento adotou nenhuma medida punitiva, mas, apenas, orientativa e cooperativa. Muitos desses acompanhamentos que estão hoje em curso, além de trazerem respostas para esse quadro que foi pintado durante o período de pandemia, elas já apresentam contornos que tornarão esses mesmos acompanhamentos, esses dados coletados aplicáveis na busca de soluções pós-pandemia, que nós sabemos que será o grande desafio nacional, possivelmente já para esse final de ano e para o ano de dois mil e vinte e um. O Tribunal de Contas, nós estaremos atentos para que essa nossa atuação seja, mais uma vez, tempestiva e cooperativa, dando sequência a esse modelo de fiscalização continuada que estamos implementando durante esse ano de dois mil e vinte. Para que isso seja bem-sucedido, é que nós contamos, mais uma vez, e encarecemos pela colaboração dos senhores e senhoras, membros desse conselho, para que nos auxiliem então a identificar quais serão as grandes questões nacionais, e nos ajudem a traçar os melhores rumos e estratégias para abordagem dessas grandes questões. De forma muito sintética isso é o que temos feito durante esse ano, e isso é o que nós esperamos fazer daqui para a frente. Agradeço a atenção e oportunidade de todos. Desejo que tenhamos todos uma ótima reunião. Obrigado.

**Fábio Granja** – Obrigado, **Paulo**. Senhores, começaremos agora as apresentações das conclusões das reuniões temáticas. O nosso conselheiro **Jackson Schneider** tem um problema de agenda, e nos pediu para colocar a apresentação dele em primeiro lugar. Se todos estiverem de acordo, eu peço para o conselheiro **Jackson Schneider** fazer a apresentação da reunião temática que tratou sobre mecanismos alternativos de solução de controvérsia nos contratos de infraestrutura celebrados com o poder público.

## Conselheiro **Jackson Schneider**

---

**Jackson Schneider** – Obrigado, **Fábio**. Obrigado pela tolerância e flexibilidade. Estou na Europa, tenho uma reunião que anteciparam indevidamente, eu tenho que participar, então agradeço vocês pela flexibilidade da agenda. Presidente, meu caro amigo **José Múcio**. O grupo quatro, que participamos eu e o **Murillo Aragão**, das discussões, junto com a equipe do TCU, se dedicou a mecanismos alternativos de solução de controvérsias. Eu, dentro da minha lógica de construção do raciocínio para expor para vocês, dividi em quatro blocos de sugestões, e esses quatro blocos vão ser bem autoexplicativos. Mas, antes acho que vale um pequeno relato. O TCU trabalha e trabalha muito bem. Mas, adotando um certo princípio que é muito próprio da aviação, e a EMBRAER abraça isso com muita força, é a lógica de que nada está tão bom que não pode melhorar. É um pouco o processo que chamamos de melhoria contínua: sempre é possível fazer melhor com menos, ou num tempo menor, ou com menos horas de homem hora engenharia, ou com novos materiais no processo de produção. Acho que esse conceito vale para pensar e projetar o que se significam os processos dentro do TCU, apesar do órgão trabalhar com extrema eficiência e muita competência. Como eu comentei, eu dividi em quatro blocos. O primeiro deles, que eu acho que é algo que nós já estamos comentando há algum tempo, e os senhores e senhoras já se anteciparam, e o nosso CECAP é um exemplo disso, é o que nós chamamos de comunicação. Mas uma comunicação educativa, uma comunicação no sentido de se antecipar a eventual equívoco, eventual erro, e ser voltada para diminuir a controvérsia e, portanto, eventual necessidade do órgão intervir, e mesmo a judicialização do fato. Essa comunicação também pode servir no sentido de desmistificar a ação no tribunal. Acho que já comentei algumas vezes que o tribunal, muitas vezes, indevidamente, tem uma visão muito mistificada, no sentido de ser m órgão quase que de inquisição. Acho que uma comunicação, não apenas para dentro da máquina pública, mas para as empresas, no sentido da educação, e sem prescindir do papel do tribunal, de ser um tribunal, acho que ajuda também essa desmistificação. Ela reduz essa atemorização que, muitas vezes, se tem o papel do órgão. A demonização – e eu entendo – na maior parte das vezes, indevida.

Ela ajuda, também, a que as empresas, ou os contratantes com órgão público, se antecipem e evitem problemas, Muitas vezes, problemas de boa-fé. Uma boa comunicação, uma boa educação dos processos, dos procedimentos, faz com que aqueles contratantes de órgão público evitem o equívoco, evitem o erro e, quando tiverem que tomar o procedimento naquela área de ação, o façam dentro da compreensão do tribunal do que está correto. Nesse sentido, uma sugestão do **Murillo Aragão**, mais no sentido para reforçar essa lógica da comunicação, é identificar boas práticas, bons projetos, reconhecer, premiar, até para influenciar, para demonstrar que o órgão influencia e incentiva a boa execução, a boa prática a contratação pública, seja de serviço, seja de produto. Esse foi um primeiro bloco que nós discorremos, que nós debatemos, que eu acho que é extremamente importante, independente do que o tribunal está fazendo, e eu acho que o tribunal faz muito hoje, mas acho que reforçar essa lógica da comunicação educativa em todas as esferas, em todas as dimensões. O segundo ponto, já mais dentro do tópico que nos foi apresentado, é discutir sobre mecanismos de solução de controvérsia. Várias ideias vieram. Naturalmente a arbitragem foi uma ideia que foi debatida, e muito ativamente debatida. Se discorreu sobre as razões de uma arbitragem ter mais dificuldade de implementação e quais seriam os caminhos possíveis para ela acontecer. Mas nós acabamos avançando, sem entrar especificamente na lógica da arbitragem, em soluções similares à arbitragem. [Inaudível] arbitragem, uma mediação, algo que eu chamei de comitê técnico, um painel técnico que, talvez, não seja o melhor nome, mas estou falando apenas quase que como um brainstorming para pensarmos juntos e, claro, dentro daquilo que é possível na lógica da administração pública, dentro daquilo que for possível no regramento atual. Eventualmente, se não puder e se achar que tem sentido, ver o que precisa ser alterado na legislação para poder acolher esse tipo de solução. Porque eu acho que, por exemplo, a ideia que nós discutimos, a adoção de determinadas obras em determinados desenvolvimentos de serviços ou soluções, de painéis técnicos ou de comitês técnicos, que possam decidir sobre questões incidentais, questões corriqueiras, questões menores, evitariam o erro mais para a frente, que poderia paralisar essa obra ou paralisar o desenvolvimento de serviço, com um custo muito maior para a sociedade. Claro que aí teria que ter uma fronteira do que é possível se resolver. Ela também traria, para dentro desse ambiente, de forma independente – e tem que se construir isso -, uma opinião mais técnica, mais abalizada. Por mais que estejamos extremamente preparados em várias áreas de ação, em várias áreas de interesse, é impossível dominar tudo. Painéis técnicos ou mesmo a arbitragem tripartite traria, para dentro do processo, essa capacidade de utilização da opinião técnica. Nós não vemos que a judicialização seria algo contra, porque a judicialização hoje já existe, quer dizer, todo mundo pode judicializar em cima de uma decisão do TCU.

Talvez ela até evitasse a judicialização futura. E ela reduziria, sobremaneira, na nossa visão, o que chamamos de custo desnecessário para a legalidade. Acho que a legalidade é necessária, mas, às vezes, dependendo de como ela foi formatada e, principalmente, se ela for muito burocrática ela traz, para dentro do processo, do produto ou da solução a ser contratada, um custo, porque isso vai ser precificado que, talvez, não precisasse estar lá. Isso pode começar com um processo simples e, construir, aos poucos, ao par e passo, essa cultura de processos alternativos de solução de controvérsia, com a segurança necessária. Você não precisa implantar isso em soluções mais complexas, mas começa pelo simples, um pouco do método cartesiano, e vai sofisticando na medida que você se assenhorar mais intensamente do tema. Houve uma crítica, não é ao TCU, mas uma crítica a debates como esse, uma crítica no sentido de que – vale um processo de reflexão para vocês – talvez a resistência natural a processos assim vem de um apego natural do aparelho burocrático às suas competências. Isso não é Brasil, isso é mundo, isso não é TCU, são vários órgãos, em várias esferas. Vale o processo de reflexão, porque acho que o mundo, na velocidade que está avançando, e eu, participando de um [Inaudível] fora do Brasil, um painel muito interessante, uma reflexão de um professor da Inglaterra, dizendo que essa pandemia não criou tendências, mas ela acelerou brutalmente as tendências existentes. Vamos ter que nos acostumar com coisas que imaginávamos que viriam em dez, quinze anos. Se não nos acostarmos e não nos adaptarmos a isso, seremos atropelados pelo que vem por aí. Vale pensarmos, antes de sermos atropelados porque, eventualmente, essa nova realidade – e isso que estamos fazendo a gora é uma prova disso – vai nos impor. O terceiro bloco é uma lógica que eu trouxe, que é um pouco preconceito, é uma percepção. O que costumamos dizer, no mundo empresarial que, percepção é verdade. No mundo da defesa isso é muito claro porque, mesmo que não seja verdade, a percepção que eu tenho sobre a verdade, se torna verdade para mim porque eu reajo sobre ela. Grandes conflitos iniciaram no mundo porque um lado imaginou que o outro ia atacar e atacou antes, e aí o conflito se estabeleceu. A percepção de verdade, muitas vezes, vira verdade. Existe uma certa percepção de um preconceito a respeito do administrador privado. É quase que como se aplicasse a lente do mau exemplo para todos, e o mau exemplo é a exceção, eu acredito, na vida humana, exceção na vida privada também. A lógica do desconfiar primeiro para confiar depois que, infelizmente, é muito da nossa cultura, talvez pudesse ser repensada dentro de um determinado conceito possível, até cultural. Até porque isso leva o outro lado, quase que um pouco a Teoria dos Jogos, do John Nash, a imaginar também que vai ser visto com esses olhos, e aí precifica todos os riscos que isso significa e joga no preço, um preço desnecessário. E também leva, por essa percepção, a ter menos atores e, portanto, menos concorrência em obras abertas.

Menos participantes acabam, por essa percepção, se sentindo incentivados a concorrer e a ter esse tipo de olhar em relação ao que fazem. Eu acho que vale se pensar. O último ponto e, já para finalizar, é a segurança do processo. Eu acho que aí vale um pensar muito claro, [Inaudível], isso muito está na mão dos senhores e senhoras. Estabilidade nas decisões. Estabilidade nas decisões dá segurança. É difícil para uma empresa imaginar que está tomando um caminho, porque há uma decisão do TCU naquele sentido e, de repente, ter outra completamente diferente ou alguma coisa diferente. Torna muito instável o processo de decisão. Essa estabilidade de decisão vai reduzir custo, vai com certeza atrair novos participantes no processo. Implica em uma estabilidade de critérios, critérios inclusive mais transparentes. Eu poderia até identificar aqui ou pensar numa ideia de um manual de procedimentos. Talvez até exista, não estamos debatendo, até por falta de conhecimento, resolvemos colocar. Mas isso torna mais seguro a quem quer fazer o trabalho bem feito. Pune-se com a força da lei quem fizer mau feito, de forma dolosa. Mas, aqueles que querem fazer bem feito, vamos ajudar a fazer uma obra rápida, eficiente, barata, porque é aquilo que o órgão quer porque é o melhor para o cidadão Brasileiro. O último ponto que veio, que é uma coisa que vocês devem estar mais do que cientes, é uma certa lógica de atemorização do servidor público, daquele que tem que tomar decisão, do ordenador de despesa. Vamos pensar, não sei como, estou falando apenas em conceito, alguma proteção desse processo decisório do servidor público que, hoje, está relutante em decidir. A não decisão é a decisão que custa para a sociedade. Eu falo à cavaleiro, me desculpe a expressão, porque vejo, muitas vezes, claramente, o pessoal dizendo: mas é o meu CPF, não vou tomar decisão. E as decisões param, e as decisões não são tomadas. Não sei como, mas eu divido isso com vocês, aí vai na lógica da percepção no outro lado, essa percepção existe, então há uma atemorização do decisor público, de quem tem que tomar a decisão na área pública, [Inaudível] despesas que não está tomando, e é um custo direto, quer dizer, é um custo também perverso. Acho que esses são os quatro blocos que eu tentei organizar para dividir com vocês aquilo que falamos, e tornar mais fácil a compreensão do que discorreremos. São mais conceitos, menos coisas práticas, mas vale dividir. Obrigado pelo meu tempo, que eu acho que já estourei, obrigado pela tolerância, pela flexibilidade da agenda.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheiro **Jackson**. Obrigado pela exposição. Antes de passar a palavra para o próximo relator, queria registrar a presença do ministro **Carreiro**, do ministro **Weder**, também na reunião, e do nosso procurador **Julio Marcelo**. Passo agora a palavra então para o nosso conselheiro, **José Cechin**, que tratou em seu grupo sobre desafios enfrentados no combate à crise do COVID-19 na área da Saúde, oportunidades de aprendizado. Por favor, conselheiro.

## Conselheiro **José Cechin**

---

**José Cechin** – Muito obrigado. Bom dia ao presidente da casa, os ministros presentes, conselheiros, procuradores, servidores da casa. É um prazer relatar a discussão do grupo um, com a participação de **Paulo Gonet, Humberto Mota e Murilo Portugal**. Começo por dizer que a nova dinâmica se mostrou muito efetiva. Foram apresentados dois problemas para tratarmos. Vou tratar de um, depois, do outro. Não dividi em pontos, como o conselheiro **Schneider** o fez, mas acho que vai ficar claro, ao longo da exposição, o que é avaliação e o que é recomendação. O primeiro deles é o acórdão 1888 sobre falta de governança na área da Saúde: aquisições sem coordenação de esferas de governo, alocação inadequada, estados e municípios, baixa execução, falta de transparência das contas, falta de auditabilidade. O relatório [Inaudível] dissecamos aspectos importantes e apontamos caminhos para a superação. Foi julgado bem completo e adequado. Nos debates, começou-se por dizer que a crise devastadora é uma crise de Saúde. A econômica, também devastadora, é consequência. Portanto, não se resolverá a crise econômica, sem antes resolver a crise de Saúde. A de Saúde é causada por um vírus zoonótico, que salta de animal para o humano e, depois, ele aprendeu a saltar entre humanos. A explosão entre humanos gera explosão de contaminação, que cresce em ritmo exponencial, como alertam virologistas, epidemiologistas, infectologistas, matemáticos, estatísticos, todos os profissionais da área. Em uma semana apenas de demora, apontou bem o conselheiro **Schneider**, sobre a demora em algumas decisões, uma semana apenas de demora em adotar medidas, podem custar, como de fato custou, multidão de infectados, colapso no sistema de saúde, milhares de vidas perdidas por falta de atendimento. A pandemia foi mundial e provocou escassez generalizada de leitos que não são comercializáveis, mas também de equipamentos de proteção, respiradores, medicamento. A escassez botou os pés para cima. A explosão de casos exigiu compras emergenciais. Contratos foram rompidos e aquisições não entregues. Ficou patente a nefasta concentração geográfica da produção e das redes de comercialização mundiais. Terão que ser revistas em conceito internacional pós pandemia. Surpreendentes foram, e ainda são, os efeitos do vírus no organismo.

Aprendeu-se muito, mas ainda há muito a se aprender, e a incerteza ainda supera o conhecimento. A incerteza é na Saúde, portanto, na economia. Não temos remédio, vacina, estamos longe da imunidade de rebanho, não sabemos se a imunidade é duradoura, portanto, novas ondas de infecção são uma possibilidade. A ação adotada no começo da pandemia foi o distanciamento social e, até mesmo, o *lockdown*. O isolamento é devastador para a econômica, e suscita a resistência de autoridades e das pessoas. Mas, no começo era à medida que estava à mão, não havia tempo para conhecimento de outras ações mais elaboradas para isolamentos seletivos, testes em massa – nem havia kits de testes –, mas era preciso conter o crescimento exponencial. Aprendeu-se, vivendo em isolamento total, hoje o seletivo, que combina testagem em massa para detectar os infectados, isola-los e isolar os contatos que tiveram. Diante desse status, o grupo recomendou compreensão com gestores e seus atos, durante a pandemia. Agir no sufoco tem risco de erro, não agir, como já apontado, teria sido muito pior. Não se advogou no grupo leniência por atos de má fé, impúrio e imperícias flagrantes. Ao auditor e julgador competirá discernir entre atos de gestão com erros, e os de má fé ou completa imperícia, e deve fazê-lo à luz das informações da época da decisão, não das atuais. Recomendou-se rever critérios de alocação de recursos, normalmente usados os per capita nas transferências, mas que pode deixar municípios desatendidos, tendo orçamento de dinheiro em outros. Necessidade e eficiência deveria ser o critério para distribuição dos recursos. Uma área de desgoverno flagrante foi a Comunicação, muito bem apontada pelo grupo anterior. Os erros de comunicação ainda influenciam comportamentos sociais que não seguem as recomendações. Epidemias e pandemias exigem comunicação clara, de comunicador confiável, voz única, deliberância inconteste. Ao deixar a solução para estados e municípios, instalou-se a confusão, faltou o comando reconhecido e coordenação. Situação que foi muito agravada pela radicalização política do momento da chegada da pandemia. Apontou-se, como erro, a construção de hospitais de campanha, em vez de aproveitar e reativar leitos em hospitais desativados, como no Rio. E também foi legado que hospitais de campanha sem paciente nenhum, que continuam abertos por decisão judicial, que é algo acho inaceitável. Em Comunicação, foi sugerida a criação de uma agência, à exemplo do serviço de inteligência epidemia dos Estados Unidos. O princípio desse serviço é de que pandemia é, tanto uma crise médica, quanto uma crise de comunicação. Isso, quanto ao primeiro ponto colocado. O segundo ponto colocado foi o acórdão 487, a questão da sustentabilidade do SUS. Porque a dúvida? Porque temos um cenário fiscal complicado, a população envelhece, a inflação médica é galopante, a judicialização acrescenta custos, e a conclusão do grupo é que a preocupação é legítima. A questão fiscal já era crucial antes da pandemia, agora mais ainda, diante do alto endividamento do governo.

Tivemos a Reforma da Previdência, que foi um passo importante, mas seus impactos financeiros vão demorar duas décadas. Até lá, a restrição fiscal continuará dominante. São múltiplos os fatores que impulsionam o crescimento das despesas, portanto, múltiplas deverão ser as medidas para esse enfrentamento. Não haverá uma capaz de dar conta de tudo. Entre essas forças que aumentam as despesas está a crescente judicialização, que se origina, como foi apontado no grupo, dos conceitos constitucionais de universalidade e integralidade, nunca disciplinados nem delimitados. A sugestão foi de defini-los em lei complementar, como compromisso de serem seguidos por todos, inclusive pelo judiciário. Essas tendências ameaçam a sustentabilidade do SUS e da Saúde privada? Foi julgado que não. O que acontecerá será o aumento da parte da renda dedicado à Saúde, em um processo longo e contínuo. As pessoas não gostam de gastar mais com saúde, mas é esse gasto que nos permite mais saúde nos mais anos de vida que teremos. Mais gastos per capita é o preço a pagar na próxima década. É claro, esse aumento poderá ser mitigado pelo aumento da produtividade no serviço de Saúde, que é notoriamente baixa, no Brasil e no mundo. Temos que investir em produtividade no serviço de Saúde. Também devemos lembrar que os gastos de uns são oportunidades para outros. Não se vê, não tem notícia de indústria fornecedora de materiais e medicamentos, preocupada com essa tendência de aumento dos gastos em Saúde, são oportunidades para eles. Que lições podemos tirar dessa crise? Eu acho que múltiplas, algumas já em nós incorporadas. Uma delas, maior cooperação, especialmente entre profissionais de Saúde e entidades. Compartilhamento de dados e informações. Nunca se viu tanto compartilhamento mundial, como durante essa tremenda pandemia que vivemos. É compartilhar resultados de pesquisas, conhecimentos de doenças, terapias, etc. acho que também as ações vão ser mais apoiadas na evidência médica. Vamos depender mais de trabalhos em equipe, com pacientes no centro da atenção. Tele Saúde, que foi regulada provisoriamente, é algo que foi tremendamente acelerado, como o conselheiro **Schneider** apontou. Ela permitiu, nesse período de uso quase que forçado, de dissipar assombrações que existe apenas na cabeça de quem as cultiva, mas que afeta o comportamento dessas pessoas. O uso de inteligência artificial, que é um poderoso instrumento, não para substituir o médico, o profissional, o analista, mas para auxiliar a aumentar a rapidez e acurácia dos diagnósticos. Por fim, a pandemia nos empobreceu, mas ela empobreceu muito mais os mais pobres. Isso terá que ser considerado na formulação de políticas que se seguirem. A pandemia também deixa questões importantes a serem tratadas, entre elas, a necessidade de deixar sociedade preparadas e alertas para novas pandemias. Parece que é impossível, já que o vírus aparece de surpresa, não se sabe de onde, como se transmite, que efeitos tem no organismo, como se pode combatê-los, como combater a doença.

No entanto, há o que se fazer: um, o esforço mundial e coordenado para identificar esses vírus zoonóticos, estuda-los, estar preparados para novas possibilidades. Reforçar sistemas de vigilância sentinelas. Identificar, logo no começo, possíveis surtos, e adotar medidas de contenção sem demora. Outra questão mais complexa, acho que é preciso manter alguma capacidade sobressalente e educar pessoas para seguirem as orientações das lideranças públicas. Resta saber se a sociedade, as autoridades públicas e políticas, tem o desejo de arriscar gastos para deixar a sociedade preparada para um possível evento que talvez nunca venha a ocorrer, bem semelhante à contratação do seguro de vida, que encontra [Inaudível] para que eu não precise utilizá-lo. Muito obrigado.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheiro **Cechin**. Antes de passar para o próximo relator, para fins de ata, vou registrar a presença dos conselheiros. Primeiro, da conselheira **Anielle Guedes**, do conselheiro **Carlos Veloso**, conselheiro **Everardo Maciel**, conselheiro **Fernando Rodrigues**, conselheiro **Cechin**, conselheiro **Jackson Schneider**, conselheiro **Portugal**, conselheiro **Roberto Brant** e conselheiro **Robson Braga**. Outros conselheiros estão tentando entrar, tiveram problemas de agenda, mas possivelmente ainda vão entrar na nossa reunião. Quando entrarem, eu faço o registro. Obrigado, conselheiro **Cechin**. Passo então a palavra para o nosso conselheiro **Murilo Portugal**, que vai apresentar as principais conclusões da reunião temática, que tratou sobre orçamento da dívida e previdência, impactos e desafios fiscais da crise. Conselheiro **Murilo**, por favor.

## Conselheiro

# Murilo Portugal

---

**Murilo Portugal** – Obrigado. Vou começar elogiando, tanto o presidente **Múcio**, quanto os ministros e o corpo técnico do TCU, pela iniciativa de montar esse programa que foi explicado de acompanhamento em tempo real da atuação do governo da pandemia. Diversos relatórios já foram produzidos. Também, parabenizar o presidente **Múcio**, por ter alterado esse formato da nossa reunião, dando mais tempo para os debates. Eu vou apresentar a discussão do grupo do qual participamos eu, o doutor **Everardo** e o doutor **Clemente** Ganz que, infelizmente, teve problemas técnicos, não conseguiu se manter conectado. Assim, o que eu vou relatar não reflete a visão do **Clemente**. Duas perguntas foram apresentadas ao grupo. Primeiro: como conciliar a sustentabilidade fiscal com as demandas crescentes para investimentos e para despesas sociais, assegurando, ao mesmo tempo, a estabilidade macroeconômica e o crescimento. A segunda pergunta: como aprimorar a governança fiscal da federação. Como eu só tenho dez minutos e foi distribuída uma Ata, eu vou me focar na primeira pergunta, se houver interesse em discutir a segunda, podemos discutir mais tarde. A resposta que o grupo discutiu, sobre como conciliar esses objetivos de gastar mais em alguns setores, com a estabilidade macroeconômica, foi gastar em coisas diferentes das que nós gastamos hoje, ou seja, mudar a composição do gasto público, e gastar de uma maneira diferente da que nós gastamos hoje, ou seja, aumentar a eficiência do gasto público. Nós não concordamos com a sugestão que é usualmente apresentada, que é simplesmente aumentar o gasto, gastar mais, por dois motivos. Primeiro, porque nós já tentamos essa solução por quase três décadas, entre 1990 e 2017 quando a despesa primária do governo federal quase dobrou para dezenove e meio por cento do PIB, sem que o setor público tivesse conseguido aumentar a quantidade e a qualidade dos bens e dos serviços ofertados à população, na mesma proporção desse aumento do gasto. Segundo, porque existem limites prudenciais para o aumento da carga tributária, que já está em trinta e três por cento do PIB, aumento do endividamento público, que já é oitenta e seis por cento do PIB, vai aumentar mais dez pontos até o final do ano, e o financiamento monetário, que seriam as três formas pelas quais nós podemos financiar um gasto adicional.

Nós discutimos alguns exemplos, o que significaria, na prática, mudar a composição do gasto e aumentar a eficiência do gasto. Um exemplo: despesa com a folha de salários. Segundo estudo do Banco Mundial, o salário dos servidores públicos no Brasil são 67% mais elevados do que os pagos pela iniciativa privada para pessoas com igual experiência e capacidade, exceto nos cargos de alto escalão. O presidente vetou, recentemente, um aumento salarial no ano que vem, que foi mantido pela câmara, isso vai produzir seis bilhões de economia, no ano que vem. Caso fossem suspensas também, no ano que vem, as progressões automáticas de carreiras, seriam mais dois bilhões poupados. O teto de remuneração dos servidores públicos, que é violado com a invenção de indenizações para escapar do teto, se fosse cumprido, geraria mais dois bilhões, só no nível federal. Há também oportunidades de reduzir o número dos servidores em muitas áreas, sem prejudicar a quantidade a qualidade do serviço, usando novas tecnologias digitais. Se repuser apenas metade dos funcionários que se aposentam, haveria uma economia de seis bilhões de reais. Atualmente, existem dezoito empresas estatais que são deficitárias e são dependentes do Tesouro, que consomem dezessete e meio bilhões de reais por ano. Se isso fosse cortado à metade, economizaríamos oito bilhões de reais. Nesse conjunto de dezoito empresas, poucas deveriam ser poupadas como, por exemplo, a EMBRAPA. Outro exemplo foi a desoneração da folha de salários de dezessete segmentos privados, que foi feito em 2013 com prazo para terminar esse ano, que exige que o Tesouro transfira, todos os anos, dez bilhões de reais para o INSS. O congresso prorrogou essa desoneração, o presidente vetou, se o congresso mantiver esse veto, esses dez bilhões vão poder ser realocados para gastos sociais e investimentos. Mesmo na área de assistência social, que é prioritária, onde há muitas carências, alguns programas são mal focalizados e tem indícios de fraudes. Um exemplo que foi dado é o Seguro Defeso, que é pago para os pescadores, profissionais e artesanais, durante o período de proibição da pesca. O número de beneficiários do Seguro Defeso, é o dobro do número de pessoas que são classificadas, na PNAD, como pescadores profissionais. É um programa que custa três bilhões de reais. Esses exemplos de mudança na composição do gasto liberariam trinta e sete bilhões de reais, que podem ser realocados, sejam para gastos sociais mais relevantes, sejam para os investimentos, sem nem tirar dos pobres, nem dos paupérrimos, tirando só dos remediados e dos vivos. Além dessa mudança na composição, a segunda maneira de enfrentar o problema da restrição orçamentária, é o aumentar a eficiência do gasto, com o estado fazendo mais e melhor, com um menor custo unitário. O **Jackson Schneider** disse que esse é o sistema do setor aeronáutico, na verdade é o sistema pelo qual o setor privado opera em tudo. Isso significa aumentar a produtividade. Há algumas regras orçamentárias que dificultam a eficiência, como por exemplo, a vinculação de receitas a certos setores e atividades específicas.

Por mais meritória que a vinculação de receita possa parecer para uma despesa, ela pode ser perniciosa, porque ela elimina a função precípua do orçamento, que é alocar recursos escassos para fins meritórios, mas que são competitivos entre si. Essa alocação, para ser eficiente, tem que ser feita analisando as circunstâncias e a prioridade que existem no momento que a alocação é feita, sem ser limitada por uma regra automática, que foi feita num passado distante. Talvez, trinta anos atrás, fosse adequado destinar x por cento das receitas para o setor y, mas porque essa percentagem tem que ser a mesma, trinta anos depois? E, porque deve ser igual para todos os 26 estados, 5570 municípios que, dependendo das circunstâncias específicas de cada um, podem ter necessidades diferentes. Um município do interior, por exemplo, onde a população jovem está migrando para as grandes cidades e a população local está envelhecendo, vai precisar gastar mais em Saúde, menos em Educação, e se vê impedido disso. Nós concordamos que os investimentos para o Brasil são baixos, devem ser elevados, mas isso deve ser feito, ou via realocação dos gastos existentes, ou com maior atração dos capitais privados. Nessa parte de atrair capitais privados, as sugestões foram: melhorar a regulamentação, fortalecer a segurança jurídica e acelerar a privatização. Na parte tributária, doutor **Everardo** fez sugestões, como sempre muito pertinentes e inteligentes. Enfatizou a ausência da normatização do processo tributário como um dos maiores problemas que temos no país. Sugeriu diminuir os litígios tributários, fazendo leis que permitam os contribuintes envolvidos aderirem às condições propostas nessa lei. E, no geral, defendeu uma política tributária não hostil, sem aumento da carga tributária total, sem criação de impactos severos entre setores e para os contribuintes. A elevação da carga tributária para financiar mais gastos, não contou com o nosso apoio. As pessoas e as empresas já trabalham 4 meses por ano para pagar os gastos atuais. Aumentar tributos não ajuda a cumprir o teto de gastos, que é um tempo de despesas. Na minha visão pessoal, manter o teto de gastos, é uma restrição essencial que temos que respeitar nesse momento, para podermos fazer um ajuste fiscal que seja gradual. O ajuste fiscal, para ser gradual, tem que ser crível. Para ser crível, ele tem que ser difícil e ser rompido. Essa é a função do teto de gastos: permitir um ajuste fiscal gradual. Se abandonarmos isso, acho que vamos ter graves problemas macroeconômicos. Mas é um tema que nós podemos aprofundar mais durante o debate, se houver interesse. Muito obrigado. Acho que talvez eu tenha passado um pouco do meu tempo.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheiro **Murilo**, exatamente em cima do tempo. Parabéns. Passo agora a palavra para a nossa conselheira, **Anielle Guedes**, que tratará sobre o tema que foi discutido no grupo, sobre transição do auxílio emergencial para uma política permanente de combate à pobreza. Conselheira **Anielle**, por favor.

## Conselheira **Anielle Guedes**

---

**Anielle Guedes** – Bom dia a todos. Obrigada, **Fábio**, por me passar a palavrar. Queria agradecer ao ministro **Múcio**, aos outros ministros presentes, aos procuradores, subprocuradores e aos colegas conselheiros aqui presentes, também toda a equipe do TCU que nos acompanha nesse processo. O nosso grupo é o terceiro grupo, e nós discutimos: eu, o ministro Velloso, o **Murilo Portugal**, que acabou de falar também, e a Nina Silva, sobre a questão da transição do auxílio emergencial, que foi criado agora como mecanismo de combate à perda de renda causada pela COVID e pela crise, não só sanitária, mas também socioeconômica, que foi causada pela pandemia, para uma política permanente de combate à pobreza. Então, eu vou fazer um relato linear de como foi a nossa discussão, vou tentar não me repetir, especialmente nos pontos que tangem ao orçamento. Começamos a discussão com um pequeno contexto do que é o Bolsa Família, que é o nosso programa hoje de assistência social e, de fato, de combate à pobreza. O Tiago Dutra traz para nós essas informações que valores, principalmente, e quantas famílias são atingidas, que são os indicadores mais importantes. Então, estaríamos falando de dezesseis milhões de famílias. Desculpa, de quatorze milhões de famílias do Bolsa Família, e o auxílio emergencial passa a atender cerca de trinta milhões de famílias. Por favor, me corrijam se os dados não estiverem certos. Estou pegando do nosso número de relatório. No entanto, o orçamento previsto para o Bolsa Família, é cerca de trinta e dois bilhões de reais, enquanto estamos falando do auxílio emergencial, entre abril e dezembro, ou seja, não é o ano todo ainda, já de trezentos e vinte bilhões de reais. Ou seja, não é uma política sustentável, do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista da capacidade orçamentária atual. Falamos sobre o que funciona no Bolsa Família, e o que não funciona no Bolsa Família, de pontos positivos do auxílio emergencial. Fatos que contribuem para o bom funcionamento do Bolsa Família é o fato de ser um programa focado na família, na criança, e estar ligado ao contexto socioeconômico daqueles que utilizam o programa. No caso do auxílio emergencial, foi um programa desenvolvido muito rápido, uma resposta muito rápida, no entanto, essa resposta rápida foi dada principalmente pelo uso da tecnologia envolvida nele.

Ou seja, o uso de dados que tinha no DATAPREV, o cruzamento desses dados, a criação das poupanças sociais digitais, foi chave para que essas pessoas conseguissem receber o auxílio de maneira tão rápida, o que foi bastante diferente do Bolsa Família, que é um programa mais progressivo. Ainda existem algumas questões e bastante necessidade de integração de dados das bases governamentais. Isso foi uma outra questão que abordamos. Recebemos essas informações do Tiago e as discutimos brevemente. Tínhamos um dilema importante, que são duas questões principais que foram discutidas. A primeira, tem a ver com o equilíbrio fiscal, da responsabilidade fiscal e a proteção social. Então, qual é o modelo que seria o mais adequado para que o auxílio continuasse existindo, mas dentro do que o orçamento tem capacidade. E a segunda, estaria ligada já à agenda de transformação digital para viabilizar talvez uma identidade única que teria essa integração dos cadastros governamentais. Acabamos abordando a questão de que existem mais CPFs do que pessoas registradas, por exemplo, na Receita Federal, entre outras questões de cadastros, e quais seriam talvez potenciais soluções para isso. Então, vou começar falando a partir da minha própria fala. Eu começo, comentando, que na verdade, para além da pandemia, na verdade, já vinha uma questão de volatilidade de renda ligada a mudanças do mercado de trabalho, principalmente com relação à novas tecnologias. Ao mesmo tempo que a tecnologia é bastante positiva porque cria novas ferramentas que fazem com que, tanto o sistema público e o privado sejam mais eficientes, ao mesmo tempo, elas diminuem os empregos daquelas pessoas que não tem capacidade ou não estejam qualificadas o suficiente para trabalhar nas novas vagas criadas. Temos uma dificuldade com o desemprego estrutural com relação à tecnologia. Quando a pandemia passar, não se sabe exatamente quando, porque, enfim, acho que nem cabe discutir as questões aqui, questões de vacina, questões de imunidade, etc., ao contrário dessa crise sanitária, é uma questão permanente a questão do desemprego tecnológico. O auxílio emergencial, quando se converte numa política permanente, ele também pode abarcar essa questão e deve abarcar essa questão. Um dos pontos que eu levanto é de não só fazer o cálculo do quanto custa o programa, mas o quanto ele tem de retorno à sociedade. O quanto o programa o auxílio emergencial, se tornando permanente, o quanto uma renda mínima para essa população mais vulnerabilizadas, acaba diminuindo custos de outros serviços públicos como, por exemplo, a Saúde. Na questão dos dados, um ponto que eu acabo levantando é da governança desses dados, e que o TCU pode assumir um papel de ter um comitê, talvez, ou algum tipo de comitê técnico inclusive, para ter a governança desses dados, junto com a DATAPREV, junto com o TSE, junto com todos os órgãos que fazem parte da criação e também da execução da identificação única digital.

O conselheiro **Murilo Portugal** concorda com a necessidade de ter uma política permanente de combate à pobreza, e levanta muitas questões relacionadas ao equilíbrio fiscal. Dessas questões, vou destacar algumas, algumas ele já acabou mencionando na última fala dele, porque elas têm uma concordância. As soluções seriam muito parecidas. Ele levanta o ponto de que o valor ficou desproporcional, especialmente se comparado ao Bolsa Família. O que seria um ponto importante é que poderia se atender mais famílias se fossem reduzidas essas irregularidades que foram detectadas durante o processo de obtenção do auxílio. E também que é muito importante manter o atual teto de gastos. Esse seria um critério necessário para que um programa permanente continuasse existindo. Uma solução possível seria que esse financiamento viesse via algumas empresas estatais, especialmente as que são dependentes do Tesouro, com um aporte de dezoito bilhões de reais. Ele cita alguns, algumas que são essenciais não devem ser retiradas do financiamento, como a EMBRAPA, mas outras que tem produtividade, digamos, duvidosa, como a empresa do trem bala, EBC, CONAB, etc. também outros gastos que ele já mencionou com essa medida da câmara, que foi vetada pelo presidente da república, que não permitida re-onerar a folha de salário em alguns setores, que seria de dez bilhões de reais, e o Seguro Defeso, dos pescadores artesanais. A solução seria não necessariamente ter mais arrecadação, o que o conselheiro se posiciona contra, mas reduzir esses gastos públicos, enxugar esses locais aonde eles talvez não estejam sendo mais eficientes. Um ponto muito importante da fala é que, ao contrário do Bolsa Família, que é um programa que foi criado para quem não tinha condições de ter renda, o auxílio emergencial é uma renda temporária, por conta de a pandemia ser uma situação temporária também. No entanto, a crise deixada pela pandemia faz com que precisemos de uma política permanente. O que mais seria importante destacar da fala do conselheiro **Murilo**? A questão do TSE. O TSE não tem, exatamente, recursos para focar integralmente no desenvolvimento da identificação única, e seria interessante que houvesse uma iniciativa público-privada para tocar esse projeto, a exemplo de Singapura e outros países que fizeram isso, a exemplo da Bélgica, em que o projeto é integralmente privado. A conselheira Nina Silva pontua a questão da família também, a questão da atenção especial às mães e também a população negra, que é a maior vítima da desigualdade atual e também causada pela pandemia. Ela levanta a questão dos avanços da educação digital, fala sobre a aceleração das tecnologias no ensino digital, como um ponto positivo. No entanto, ela leva como exemplo as faculdades particulares o estado de São Paulo, que estão tendo mais de duzentos alunos por sala de aula, mas, ao mesmo tempo, estão demitindo professores. Estar atento às dificuldades também que as inclusões dessas tecnologias digitais causam.

O ministro Velloso também concorda com a mesma opinião do conselheiro **Murilo**, sobre a eliminação de despesas que são necessárias, pensarmos a longo prazo nessa dívida que está sendo gerada. Esses foram os principais pontos que discutimos. Tiveram outras duas questões colocadas para debate. Uma delas era o cadastramento do aplicativo da Caixa, e quais eram as potenciais soluções de caráter tecnológico, econômico ou jurídico, que pudessem ter mais eficiência na questão da concessão dos benefícios, ou seja, do cadastro e da verificação desses cadastros. Eu comentei de alguns sistemas de reconhecimento facial, que poderiam evitar solicitações indevidas, e também de softwares de reconhecimento de dados, que chamamos de OCR, que poderiam ajudar, por exemplo, a ler documentos de casos que houveram, de pais que não tem a guarda das crianças solicitando o auxílio emergencial em nome da família. Ou seja, impossibilitando as mães que, de fato, detém a guarda dos filhos, de solicitarem auxílio emergencial. Isso pode ser reduzido antes de chegar à Defensoria Pública, reduziria o custo de administração do programa e judicialização dos processos, se esses softwares forem implementados para fazerem a leitura desses documentos antes que eles cheguem na Defensoria Pública, por exemplo. A Nina Silva comenta de checagem de movimentação financeira de CPFs e CNPJs, que também poderia ajudar a coibir fraudes. A última pergunta toca de novo na questão da arrecadação como fonte de financiamento, e o conselheiro **Murilo Portugal** de novo levanta esse ponto e fala sobre corte de despesas como fonte de financiamento e aumento da eficiência de gastos, não necessariamente o aumento de arrecadação. Essas foram as nossas conclusões, os assuntos que debatemos, e algumas das recomendações que produzimos enquanto discussão do grupo quatro.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheira **Anielle**. Brilhante exposição, em tempo exato também. Agora, entramos na segunda fase da reunião, que é a fase de interação dos senhores e das senhoras. Eu peço que aqueles que queiram se manifestar, que se inscrevam no chat ou levantem a mão, que nossa equipe vai registrar. Mas eu gostaria de oportunizar a palavra para três conselheiros, enquanto vocês se manifestam, que não puderam participar das reuniões temáticas. Então, passo já a palavra para o conselheiro **Fernando Rodrigues** e, depois, passaria para o conselheiro **Roberto Brant**, e para o conselheiro **Robson Braga**, depois seguimos a ordem, parar permitir com que eles se manifestem nesse contexto todo que foi comentado pelos senhores e pelas senhoras. Conselheiro **Fernando Rodrigues**, você teria alguma observação?

## Conselheiro

# Fernando Rodrigues

---

**Fernando Rodrigues** – Muito obrigado, **Fábio**. Antes de mais nada, gostaria de começar cumprimentando o presidente **José Múcio** Monteiro, pela coordenação toda, pela iniciativa, neste momento, de comandar esse processo, ao ministro **Augusto Nardes**, que teve a ideia de criar o conselho. Em nome do ministro **José Múcio**, presidente, do ministro **Nardes**, queria cumprimentar a todos os ministros, todos os conselheiros, e agradecer, mais uma vez, pela oportunidade de participar desse grupo tão qualificado, para discutir temas tão relevantes para o país. eu tenho uma preocupação muito grande, inclusive por conta da minha formação na área de comunicação, como jornalista e, durante toda a relatoria dos quatro grupos, fiquei anotando aqui algo que me parece ser muito importante, e permeia todos os quatro grupos, que é o acesso aos dados, às boas informações, à transparência de todas as informações que são necessárias para os gestores públicos e, no limite, para todos os cidadãos, em toda a sociedade, tomarem as decisões corretas e entenderem todo esse processo complexo que estamos discutindo aqui, que sofrem divididos em quatro grupos. Queria começar falando o nosso grupo que é a transição da política de auxílio emergencial, o que vai acontecer daqui para a frente. O Brasil teve uma experiência inaudita com a adoção do auxílio emergencial num tempo recorde. Houve, evidentemente, sobressaltos, houve lombadas que foram enfrentadas, mas, a rigor, estamos falando, se não me engano, de mais de trinta milhões de pessoas que não tinham nenhum registro. Não estávamos falando da Alemanha, onde as empresas receberam, imediatamente, um auxílio, ou nos Estados Unidos, onde cheques são enviados pelo correio, para aqueles que pagaram imposto de renda ou declararam imposto de renda, no ano anterior. Existem cadastros já mais antigos, mais consistentes quando que, no Brasil, convencionou-se chamar essa parcela, esse grupo demográfico que não tinha nenhum registro, de invisíveis na sociedade. Então, esse foi um ganho excepcional.

Esse cadastro que foi criado, ainda que seja muito defeituoso, e sabemos que pessoas que talvez não devessem ter recebido, receberam o auxílio, esse cadastro deve ser tratado com muito cuidado pela administração pública, deve ser alimentado, deve ser elaborado, aperfeiçoado porque, a partir dele que os governos, não só o federal inclusive, porque esse tipo de cadastro que foi feito , comandando pelo governo federal, pode ser compartilhado com as mais de cinco mil cidades , com os governos estaduais, para que políticas locais sejam desenvolvidas, no sentido de combater a pobreza extrema no país. Essa me parece ser uma recomendação muito importante que o grupo possa dar para os gestores públicos: tratar esse cadastro que foi produzido em tempo recorde, que sim ainda tem muitos defeitos, de maneira muito cuidadosa, e que todos os esforços possam ser enviados para melhorar a qualidade e a consistência desse banco de dados. Acho que tudo começa por aí. Daí eu vou dar um pulo para aquilo que o conselheiro **Murilo Portugal** falou, que me pareceu muito interessante, é um dado conhecido sobre o Seguro Defeso. O número de pescadores que recebem esse auxílio por conta de não poderem trabalhar pescando quando a região passa pelo período de defeso, para proteger as espécies, metade desses beneficiários não aparece como pescadores, na PNAD. O Brasil tem hoje – ontem estava falando com um dos ministros que cuida da área social -, vinte e seis programas sociais, e o vigésimo sétimo seria o Seguro Defeso, que acaba tendo um desvio de finalidade, desvio de função. Em vez de realmente servir para ajudar pescadores que não podem trabalhar por um período, acaba sendo um programa de distribuição de renda, e essa não é a finalidade, é ruim que isso ocorra. Esse é um exemplo pequeno de como é necessário ainda aperfeiçoar todas essas ferramentas, para que o estado possa ser mais eficaz na hora de promover igualdade social. Tudo que puder ser feito de recomendação para os gestores públicos a respeito de aperfeiçoar esse cadastro, eu acho que deve ser feito. Tudo que o TCU puder oferecer de ferramental para melhorar esse tipo de informação, vai ser muito positivo. O meu tempo está acabando, mas eu ainda gostaria de falar também sobre combate à COVID, o que foi dito aqui. De novo, eu acredito que o tribunal e o nosso conselho possam também fazer recomendações muito relevantes sobre uma espécie de epidemia de informação sobre Saúde e causas de mortes no Brasil. Todos nós já recebemos, nos nossos grupos de *WhatsApp*, as mais variadas e estapafúrdias teorias sobre quantas pessoas morreram, se é verdade, se é mentira. Hoje inclusive tivemos um estudo grande que publicamos, tentando entender os diversos bancos de dados.

Os dados dos cartórios falam uma coisa que não conversam com os dados do SUS. Os dados demoram cerca de dois anos para que nós tenhamos conhecimento da razão da morte dos Brasileiros, num determinado ano. Portanto, estamos em 2020, só em 2022, que teremos dados mais qualificados sobre todos os que estão morrendo neste ano de dois mil e vinte. A pandemia, que é uma tragédia mundial e se abateu sobre o Brasil, também nos obriga a pensar em melhorar e qualificar os dados que os órgãos públicos têm a respeito de Saúde, mas, sobretudo, de como as pessoas morrem neste país. É uma desinformação completa, os dados dos cartórios são absolutamente não confiáveis, porque não são médicos que fazem aqueles registros, que lançam naquelas plataformas, isso acaba dando vez às mais diversas interpretações erradas, desinformação, que é tudo que não precisamos num momento como esse. Queria, já pedindo desculpas por ter estourado um pouco o tempo, dizer que eram essas minhas considerações. Agradecendo, de novo, ao presidente **José Múcio**, e a todo o corpo técnico muito qualificado do TCU.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheiro **Fernando Rodrigues**. Passo então a palavra para o conselheiro **Roberto Brant**. O áudio está fechado. Continua, conselheiro.

## Conselheiro

# Roberto Brant

---

**Roberto Brant** – Bom dia a todos, especialmente ao meu presidente, **José Múcio**. Eu vou ser rápido nesses complementos, para fazer alguns comentários sobre os excelentes relatórios que chegaram até nós. As primeiras análises, eu gostaria de me referir ao relatório do **Murilo Portugal**, sobre a situação fiscal do estado Brasileiro. O Brasil, antes da pandemia, já era um estado muito complicado, e a sociedade Brasileira era uma sociedade que tinha um conflito de personalidade, não sabia o que era, continua não sabendo. Acho que, nessa questão fiscal, está na hora do estado, da sociedade Brasileira, fazerem um exame de consciência. Não é verdade que o estado Brasileiro gasta muito, talvez ele gaste o necessário, o problema é que ele gasta extremamente mal. Há muita diferença entre um gasto público e outro, os efeitos de cada tipo de gasto são completamente diferentes. Um real a mais gasto em investimento tem um efeito positivo na economia, e um real gasto em despesas de custeio e de pagamento de pessoal, não tem efeito quase nenhum. Essa referência de que a média de salário do setor público é sessenta por cento acima do setor privado, nos leva a dizer o seguinte: que tudo que passa da média do setor privado, é um programa de transferência de renda para os privilegiados do setor público. O serviço público no Brasil é um mundo congelado, é um mundo que ignora a passagem do tempo. As pessoas ficam trinta anos no serviço público, sem que as necessidades, as exigências e as condições de trabalho do mundo moderno, mudam anualmente. Os bancos reduziram em setenta por cento a sua quantidade de pessoas, para prestar serviços maiores e melhores. O setor público cresce vegetativamente para prestar cada vez menos serviços. Essa reforma administrativa que o governo apresentou ao congresso é melhor que nada porque, pelo menos, o futuro não será pior que o presente, mas ele não resolve praticamente nada. Hoje, um artigo do professor Modesto Carvalhosa, no Estado de São Paulo, que deixa isso muito claro. Nós estamos gastando com os segmentos mais privilegiados da sociedade Brasileira, damos a uma determinada quantidade de Brasileiros um contrato de segurança permanente, quando vivemos num mundo que é inseguro por natureza, pela tecnologia, pelas mudanças de toda ordem que ocorrem.

O estado Brasileiro fica fazendo remendos aqui e ali. A questão fiscal tem de ir mais além do que um exame estático entre equilíbrio, déficit ou superávit. Nós gastamos muitos pouco em investimentos e precisamos gastar mais. Se nós não gastarmos mais em investimento público, o investimento privado não vai vir sozinho, e o Brasil vai continuar condenado a viver em estagnação. A pandemia não trouxe estagnação sozinha à economia Brasileira, nós já estamos estagnados há vinte, trinta anos. Temos uma doença de crescimento que é muito grave e, para romper esse ciclo, eu acho que o estado tem um papel fundamental. Mas nós não acreditamos no investimento público, nem acreditamos na capacidade do estado de fazer bons investimentos. Enquanto estivermos repetindo isso não há solução, porque o estado tem um papel cada vez maior nas economias e na sociedade, daqui para a frente. As distorções e as mudanças trazidas pela tecnologia nos obrigam a pensar um outro tipo de estado. Não podemos pensar o tamanho ou a função do estado com dados do século dezanove, temos que tratar isso com dados do século vinte e um, precisamos usar melhor a imaginação e deixar de ter uma atitude puramente defensiva em relação ao estado. Sou um liberal de coração, tenho medo do tamanho do estado pelo que ele implica em burocratização e autoritarismo, mas, infelizmente, estamos vendo em todo o mundo, liberais e não liberais, uma presença cada vez maior do estado. Se o estado vai ter maior atuação, e eu acho que deve ter, precisa ter uma atuação de muito mais qualidade, muito mais a serviço das maiorias. Eu acho que essa é a questão, não é se o estado vai ser grande ou o estado vai ser pequeno, é que o estado seja correto, seja bom, que faça o que é necessário, e esse desafio não está colocado. O segundo tema, que me é muito caro, é essa coisa do auxílio emergencial, a transformação e algo permanente. Eu fui o relator de uma comissão de estudos de combate à pobreza, há quinze, vinte anos atrás, criado pelo Senador Antonio Carlos Magalhaes e, na época, estudei bastante a coisa. Acho que nós estamos vivendo num momento muito perigoso. Porque, o auxílio emergencial de seiscentos reais foi realmente efetivo, e ele produziu efeitos positivos na economia. Mas, ninguém se esquece que ele custa cinquenta bilhões por mês, ou seja, seiscentos bilhões de reais por ano. A arrecadação toda do governo federal é de um trilhão e quatrocentos bilhões. Quer dizer, só o auxílio emergencial é quarenta por cento de toda a receita do estado, ou seja, é absolutamente do estado. Agora, há uma corrida, entre parlamento e poder executivo, para saber quem assume a paternidade de uma transferência maior de renda. Tudo agora virou transferência de renda. Temos que pensar nisso com mais profundidade, com mais serenidade. Corremos riscos aí. Acho que o Bolsa Família é bem focado, ele custa trinta bilhões por ano e atinge aquela camada de miseráveis da população que tem de receber uma transferência sem contrapartida.

Mas, a partir desse patamar, qualquer processo de transferência de renda, tem que estar embutido nele uma contrapartida, uma renda de cidadania é uma renda que tem que ter contrapartida. Porque o emprego formal já não vai ser, dentro de pouco tempo, a principal fonte de renda das pessoas. A ideia de que o estado transfira renda para determinadas camadas da população é correta, mas essa camada tem que dar uma contrapartida, em forma de serviços comunitários. Se você faz um programa bastante descentralizado, com foco no município, nós mudaríamos os parâmetros que regulam o emprego no setor privado e o emprego no setor público, e essas pessoas só faria jus a uma ajuda, uma transferência, menor que o salário mínimo, menor que o salário do setor privado, para prestar uma hora, duas horas de trabalho, por dia ou por semana, mas pelo menos você dá à pessoa a ideia de que a pessoa está recebendo uma contrapartida. Você não tem só que preservar o poder aquisitivo dessas pessoas, você tem também que instaurar neles a dignidade humana. Nós precisamos examinar essa coisa dentro de novos parâmetros. Eu acho que esse exame de consciência que temos de fazer em relação à sociedade, ao estado Brasileiro, também temos que fazer em relação a que tipo de programa social nós devemos patrocinar. Essa coisa de transferência de renda alivia a nossa consciência pela injustiça do país e ajuda os políticos a se eleger, mas está na hora de encararmos isso como um objetivo mais sério, mais responsável e mais permanente.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheiro **Roberto Brant**. Passo a palavra agora para o conselheiro **Robson Braga**, e peço para os senhores e senhoras levantarem a mão, mesmo fisicamente ou no aplicativo, que anotamos a ordem das falas. Por favor, conselheiro **Robson Braga**.

## Conselheiro **Robson Braga**

---

**Robson Braga** – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o ministro **José Múcio** Monteiro, presidente do TCU, os outros ministros que estão participando, os técnicos e diretores do TCU, meus companheiros do conselho. Dizer que, infelizmente eu não pude participar do grupo de trabalho por motivos que eu estava fora nas datas programadas. Fico muito feliz de ver os trabalhos que estão sendo feitos, as sugestões que estão sendo feitas, eu acho que esse conselho tem um papel muito importante, não só para o TCU, mas, certamente, nas sugestões que poderiam melhorar a relação do Tribunal de Contas da União com todos os seus públicos. Nós estamos falando um pouco da indústria para, depois, entrar nos outros assuntos, mas, desde a pandemia, a indústria Brasileira perdeu muito em produção, em número de empregos. Nós tivemos, desde maio, desde abril, dezenove por cento dos trabalhadores afastados, agora, estamos na faixa de oito por cento dos trabalhadores afastados. Tivemos quedas brutas de faturamento, de produção, de atividade da indústria Brasileira. Essas atividades foram sendo retomadas devagar, nós chegamos agora, em setembro, fim de agosto, início de setembro, com alguns setores até estrangulados, devido ao auxílio emergencial que foi liberado pelo governo federal, que realmente deu uma grande atividade em alguns setores, por exemplo, como construção civil, alguns setores de calçado, vestuário, alimentos, alguns setores da indústria realmente tiveram uma grande demanda de produção. O que agora está se normalizando. Acho que começamos a chegar tanto num nível de produção adequado, e ter uma expectativa que a indústria Brasileira chegue até o final do ano retomando a atividade que estávamos no mês de janeiro. Estamos debruçados sobre alguns temas importantes que nós entendemos que poderão construir o Brasil do futuro. A questão da reforma tributária, para nós, é um tema importantíssimo. A reforma administrativa, também é outro tema que nós estamos considerando muito fortemente.

Dessas duas questões, eu gostaria de fazer algumas observações. Primeiro que nós temos feito diversos vídeos, lives sobre reforma tributária, fizemos com o parlamento, já fizemos agora com os governadores, e nós estamos chegando numa situação seguinte: hoje a indústria Brasileira representa, quando você considera os serviços industriais e a construção civil, nós chegamos a vinte e um por cento do PIB. Mas nós somos responsáveis, esses vinte e um por cento do PIB paga quase quarenta e dois por cento dos impostos federais, quase trinta e dois por cento dos impostos federais e quarenta e dois por cento dos impostos estaduais. Convivemos com legislações completamente diferentes, e as indústrias, empresas de base nacional, colocadas e convivendo com diversos estados e municípios, são obrigadas a conviver com a burocracia infernal de legislações completamente, às vezes, diferente, forma de atuação diferente, tanto dos municípios como dos estados. Quando nós consideramos as exportações, a indústria é o maior exportador Brasileiro porque, quando falamos do agro no negócio, a exportação de carne é indústria, a exportação de alimentos é indústria, o que a agricultura exporta, agricultura básica, que é extremamente importante, é soja, milho, grãos, alguns outros produtos, algodão. A nossa indústria vem sendo penalizada ao longo de todos esses anos, há mais de trinta anos que estamos sendo penalizados. E quando consideramos a questão da competitividade, a questão da desindustrialização, vemos que isso teve motivos fortes, calcados na burocracia, na tributação principalmente. Estamos vendo agora é que essa questão está chegando nos governos estaduais, no governo federal e os municípios. Quando olhamos, por exemplo, o ISS, setenta por cento do ISS recolhido no Brasil é recolhido por trinta e nove municípios. Quando nós olhamos os estados, já temos nove estados hoje em situação que dificilmente conseguem pagar a folha de salário. Alguns estados, para pagar a folha de salário, estão tendo que negociar, com o judiciário e com o legislativo, a redução dos repasses obrigatórios para esses setores. Os estados não têm condições de investir. Provavelmente vamos chegar, talvez até o final do ano, início do próximo ano, com quinze, dezesseis estados, na mesma situação. Quando conversamos com os governadores sobre a reforma, sobre as reformas principalmente a reforma tributária, o governador tem uma situação, uma colocação do seguinte: hoje eles não estão satisfeitos com o atual sistema tributário, que concentra renda na União e dificulta a sobrevivência dos estados. Mas, por outro lado, a reforma, eles só apoiam se tiverem certeza e segurança jurídica de que, por exemplo, fundos constitucionais, fundos de desenvolvimento regional, todas essas questões estariam seguras, asseguradas. Nós estamos apoiando uma reforma tributária que seja uma reforma que privilegie toda a sociedade. Nós não estamos olhando para a indústria apenas, estamos olhando para o Brasil. Nós temos que reconstruir o Brasil para o futuro, e essa reconstrução passa pela reforma tributária e pela reforma administrativa.

Alguns defendem a reforma administrativa antes, nós defendemos que a reforma tributária tem que ser feita e, depois, a reforma administrativa ficará mais fácil, tendo em vista a necessidade dos estados, mas com uma base tributária adequada. Nós estamos um imposto nacional, imposto único, mas sabemos das dificuldades. Estamos defendendo que seja no destino e, não na produção. E, principalmente, que não haja aumento da carga tributária. Finalmente, eu quero fazer uma observação às colocações que o **Jackson Schneider**, que eu achei de extrema importância. Eu acho que questões, como ele colocou, de enxergar os espaços de mudança, as dificuldades de mudança em sistemas nacionais, onde o tribunal de conta pode ser um grande auxílio para que essa mudança seja implantada através de boas práticas, de bons exemplos, e que o Tribunal de Contas da União passe a enxergar os esforços que estão sendo feitos de melhoria, de compliance, de governança, e que possa ser um auxílio importante nessas mudanças. Que, por outro lado, o tribunal valorize muito esses esforços e valorize as boas práticas que estão sendo feitas, e deixe de apenas mostrar os erros, as mazelas, os problemas, mas que mostre também as mudanças importantes que ele é protagonista dessas mudanças e tem sido um grande apoio nessas mudanças. São esses comentários que gostaria de fazer, e muito obrigado por essa participação nesse conselho tão importante.

**Fábio Granja** – obrigado, conselheiro **Robson Braga**. Na ordem das inscrições, eu passo agora a palavra para a conselheira **Anielle Guedes**, em seguida, para o ministro **Nardes**.

**Anielle Guedes** – Perfeito. Obrigada, de novo, **Fábio**. Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre os GTs que eu não tive oportunidade de participar. O primeiro deles é sobre infraestrutura. O conselheiro **Jackson** levantou um ponto muito importante da auditabilidade nas obras públicas. Eu passei alguns anos trabalhando com tecnologias para a construção civil e para infraestrutura. Uma das coisas ali que era muito interessante, do ponto de vista tecnológico, mas que contribuem com a auditabilidade, são os softwares, por exemplo, o que chamamos de BIM – Build INFORMATION Modding. Existem algumas iniciativas dentro do governo federal e dentro da própria indústria da construção civil, que visa, que tem essa finalidade de incentivar o uso do BIM nas obras, mas, especificamente, nas obras públicas. Então, como foi sugerido esse tipo de prêmio de boas práticas, se isso for uma sugestão a ser acatada, incluir essa questão da tecnologia e desses softwares que permitem uma maior transparência, não só de custos, mas de processos dentro dessas obras públicas. Essa é a primeira questão que eu queria levantar, um ponto positivo de tecnologia que contribui com auditabilidade e transparência.

Uma outra questão é que falamos sobre os trinta e um processos de acompanhamento. Seria muito legal, seria muito bacana poder ter, depois, acesso aos processos de acompanhamento sobre compras de TI, de tecnologia. Não sei se vai ser possível, ou não, mas se pudéssemos ter acesso a esses trinta e um processos, quebrados e resumidos em materiais simples, seria muito bacana termos acessos disso depois, como retorno, para nós conselheiros. É mais uma recomendação geral de processo, não necessariamente dos temas que falamos aqui. Uma última questão, que era sobre o GT que discutiu Saúde e a questão da Saúde dentro do contexto da pandemia, teve uma grande aceleração das tecnologias, como o conselheiro **Jackson** falou também, foi mencionado por outros conselheiros, mas, principalmente do uso de dados, e do compartilhamento de dados. Hoje, no Brasil, temos a Lei Geral de Proteção de Dados que preconiza uma série de restrições, de proibições, mas também auxilia essa melhora na gestão de dados. Acredito que o TCU também tem um papel importante de fiscalizar como esses dados estão sendo utilizados e, novamente, partilhando dessa opinião dos outros conselheiros, de também colocar quais são as boas práticas na gestão desses dados, principalmente dados de Saúde agora, que estão sendo mais usados na pandemia, mas que, provavelmente, é uma das tecnologias que foram acelerados, um dos setores que foram acelerados, que vão ficar no nosso mundo pós pandemia. Alguns outros, provavelmente não, mas, esse muito provavelmente sim, então o papel do TCU se torna ainda mais vital na fiscalização, mas também na difusão de boas práticas de gestão e governança de dados de Saúde. Era só isso. Obrigada.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheira. Sua sugestão está anotada.

## *Ministro do TCU* **Augusto Nardes**

---

**Augusto Nardes** – Obrigado. É um prazer falar com todos. Um abraço, presidente. Na pessoa do presidente **José Múcio**, cumprimento a todos. Acho que, começando pelo **Schneider**, eu consegui acompanhar também o **Cechin** falando, acompanhei o **Brant** agora, eu acho que as contribuições foram de grande valia. Também o presidente **Robson** trouxe algumas preocupações em relação à questão da penalização da indústria. Eu acho que o país precisa ter uma política diferenciada, especialmente em algumas áreas. E a indústria perdeu o espaço Brasil, pois se transformou num país mais agrícola, ou seja, retrocedemos no tempo e deixamos de evoluir algumas áreas, especialmente na indústria. Nós éramos mais fortes na indústria e agora, com o crescimento do agronegócio, nos tornamos mais frágeis na indústria. Acho que é uma questão que tem que ser pensada, refletida, que colocou muito bem o presidente **Robson**. Mas, eu queria deixar claro que eu continuo insistindo que o grande problema do país, e o Tribunal de Contas está contribuindo, quando nós implementamos e priorizamos auditorias operacionais para mostrar caminho para o governo, não somente para o governo, mas também para os demais poderes: poder judiciário, para o próprio congresso nacional e, para o conjunto das estatais Brasileiras, o tribunal de contas hoje tem mais de quinhentas auditorias em várias áreas. Nós temos indicadores de governança de todas as principais instituições do país. Portanto, o tribunal evoluiu e, especialmente agora, na gestão do presidente **José Múcio**, com muito diálogo, conseguimos avançar de forma considerável para o aperfeiçoamento do estado Brasileiro. Mas o grande problema continua sendo o descaso e a desgovernada no conjunto da nação, especialmente agora, no COVID. E o **Cechin** colocou muito bem a questão de fazer alocação de recursos certos para lugares certos. Ele citou trinta e sete bi que foram gastos, ou estão sendo gastos, não de forma mais eficaz e eficiente. As auditorias operacionais que implantamos, temos hoje capacidade de acompanhar, através de indicadores, onde estão os grandes gargalos na área de TI, na área de governança de pessoal. E aí eu concordo com o **Brant**, que é necessário uma contrapartida.

O **Brant** fez uma crítica muito importante, que o estado Brasileiro não teve capacidade de se organizar para melhorar a eficiência do próprio estado, e que é necessário mais investimento do estado estrutura, especialmente, na infraestrutura, que poderia melhorar a competitividade da nação. A competitividade da nação continua muito fora da realidade, comparado com os países mais desenvolvidos. Estamos na posição oitenta, uma posição muito atrás dos que são muito próximos de nós na competitividade, e o que pode melhorar isso é a governança. Continuo insistindo que o grande tema do país é aperfeiçoar o estado Brasileiro. Hoje de manhã ainda recebi o Almirante Rocha, que veio falar comigo sobre planejamento estratégico. Acho que agora está sendo criado um centro de governo. Isso foi influência direta do TCU, junto ao governo do presidente Bolsonaro. Nós estamos montando toda uma estrutura e assessorando o governo, através dos nossos acórdãos, para montar uma política de governança, aos poucos está sendo feita uma transformação e boa parte da sociedade não sabe, porque a empresa nacional – o **Fernando Rodrigues** que é especialista -, notícia positiva jamais acontece, somente notícia negativa. Isso faz parte que a imprensa sempre considerou como ponto principal. Os avanços estão acontecendo e o Tribunal de Contas é o grande responsável por essas transformações, especialmente na implantação da governança no país. Eu quero deixar claro que o presidente **José Múcio**, na sua gestão, conseguiu estabelecer esse diálogo e contribuir de forma muito importante para o conjunto do estado. Não somente o presidente **José Múcio**, mas todo o tribunal, através do diálogo. Acho que, para concluir presidente, acho que a participação desses conselheiros no CECAP e, com as exposições que foram feitas agora, eu me sinto muito feliz, porque acho que estamos conseguindo ouvir a sociedade, através dos senhores que conseguiram trazer relatores muito importantes para o aperfeiçoamento do estado. Acho que estamos conseguindo fazer uma transformação, que isso não se dá de uma hora para a outra, mas o caminho está sendo percorrido. Precisamos, agora, tomar decisões o mais rápido possível, e fazer com que o governo priorize os pilares da nação, que concentram no governo, que finalmente está sendo montado. O Braga Neto nos relatou, a semana passada, toda uma estruturação para enfrentar o COVID já com um centro de governo mais moderno. Nós estamos avançando. Apesar de todos os males, de todas as dificuldades que enfrentamos, principalmente em relação à pandemia, mas estamos conseguindo recuperar, acho que o país vai voltar a crescer. Eu quero deixar aqui uma mensagem positiva e de enaltecimento ao trabalho feito pelos auditores do TCU, pelos técnicos, pelos ministros. E que os senhores, com as críticas de hoje, trazem grande contribuições para que continuemos aperfeiçoando. Era isso. Obrigado.

**Fabio Granja** – Obrigado, ministro **Nardes**. Dado que não houve nenhuma manifestação até agora, eu passo a palavra para o presidente **Múcio**, inclusive para instigar o debate. Por favor, presidente, queria ouvir um pouco as suas ponderações.

**José Múcio** – Primeiro, queria cumprimentar todas as falas, que foram extremamente contributivas, de muita responsabilidade, acho que esse CECAP tem exatamente esse papel. Eu digo que é uma discussão de relação com o Tribunal de Contas com a sociedade. É uma DR importante para o Tribunal de Contas. Queria agradecer a presença dos ministros, todos os conselheiros. Queria elogiar, **Fábio**, esse modelo, acho que foi extremamente positivo, produtivo, todos contribuíram de uma forma eficaz, foi extraordinário. Eu acho, quase como um desabafo, já que os senhores puderam desabafar, nós precisávamos de muitas vacinas. A primeira vacina contra a corrupção, que é uma coisa que se incorporou quase ao nosso cotidiano, já achamos que a corrupção faz parte da paisagem brasileira, como uma árvore, uma praça. Já não nos fere tanto a notícia de que alguém roubou, tirou muito, tirou bastante. Nós nos acostumamos com isso. Depois, precisávamos de uma vacina contra a burocracia Brasileira. Eu digo que um dos animais mais ferozes, o habitat dele é em Brasília, é o chamado burococos, que prolifera a cada dia, estimula a corrupção, estimula a dificuldade de resolver as coisas. Depois, uma questão, a questão eleitoral. Nós perdemos, com essa pandemia, uma chance histórica de juntar vencedores e vencidos, governadores, prefeitos. O vírus não tinha viés ideológico, o vírus não tinha projeto político, ninguém sabe quem trouxe o vírus, nós podíamos ter juntado todos, em vez de procurarmos quem estava acertado, que estava errando, quem ia ser vencedor. Passamos a ter bulas médicas, bulas militares, bulas da oposição, bulas da situação, e todo mundo torcendo para que nós acertássemos. Agora, contaminados por saber, num grande concurso para saber quem vai descobrir a vacina primeiro. Não será uma descoberta da sociedade, dos governos, de todos juntos. Se for em São Paulo, se for aqui, se for no Paraná, se for na Bahia, se for em Campina Grande, em Taperoá, aonde se descobrir essa danada dessa vacina, vai servir a todos. O tamanho do estado Brasileiro, eu acho isso uma coisa gravíssima, o corporativismo. Falamos no cidadão Brasileiro, mas precisa se lembrar que a renda per capita Brasileira é uma em cada região. Em Brasília, é setenta e nove reais por habitante. Em Brasília toda? Não, no Plano Piloto, no ponto decisor do país. O corporativismo tomou conta desse país. Eu recebi duas visitas importantes, feitas por uma só pessoa. Primeiro, o ministro Arimatá, quando veio me visitar, no início da gestão dele, dizendo que ia privatizar tudo: Banco do Brasil, Petrobrás, etc. Quando ele saiu, eu brinquei com a secretária: precisa ter cuidado para ver se o meu carro ainda está na garagem, porque acho que privatizou meu carro também. Depois ele me visitou, coitado, com a dificuldade de quem tinha conhecimento produzir pouco, porque todo mundo é a favor da privatização, de diminuir o estado Brasileiro, desde que não pegue em si. Eu disse ao senhor Arimatá: o grande problema das estatais Brasileiras, que vão desde a descoberta de petróleo, da exploração de petróleo, até o brinco que bota na orelha do boi – **Brant** sabe disso muito bem –, são estatais com diretorias, conselhos e sindicatos, que fazem com que nós não tenhamos sucesso na diminuição do estado Brasileiro.

Nós precisamos ser menos governo. Quer dizer, não é menos governo, e ser de oposição, mas o estado Brasileiro tem a absoluta obrigação para que todas essas soluções tenham oportunidade de ser um estado menor, e sem a preocupação com a próxima eleição, com o que dá voto, com as coligações. Nós fizemos – e **Brant** participou disso – uma constituição para o estado parlamentarista, e deixamos um estado presidencialista, onde o presidente da república, o executivo é absolutamente refém de um poder que só vota medidas simpáticas. E eu venho de lá. Eu, aqui no Tribunal de Contas aprendi, em nome da responsabilidade com o país, a precisar tomar medidas antipáticas porque, só as simpáticas, com o dinheiro público, levam o país à banca rota. É o que nós estamos aqui. Enquanto nós tivermos esse fantasma da eleição, de quem vai se reeleger, de quem dá voto, de quem traz voto, nós não vamos corrigir essas mazelas todas. **Cechin** foi muito feliz na fala dele, quando falou na politização de todas essas ações. Fomos absolutamente politizados. Quem usa Cloroquina é do lado do governo, quem não usa Cloroquina é contra o governo. Aí vem o segundo problema: muitos cientistas estão atrás da vacina e, se Deus quiser, um dia ela vai acontecer. E o pós-pandemia? Qual é o tamanho desse estado pós pandemia, quando as pessoas que estão em home office voltarem para os seus escritórios e forem avisados que eles não são mais necessários. Nós vamos ter uma população de desassistidos, pós-graduados, doutorados. Nós temos só programas assistenciais para pobres. E os programas assistenciais no Brasil foram absolutamente politizados. A pandemia – **Cechin** foi feliz quando disse isso – ela apenas escancarou as nossas mazelas que já existiam. Estamos apenas enfrentando problemas antigos que já tínhamos. Porque Brasília tem tanta gente no auxílio pescador? Será que esse lago, meu Deus do céu? Acho que, se todos os pescadores forem para esse lago um dia só, vai faltar água. Os programas existenciais Brasileiros passaram a ser programas eleitorais. Programa emergencial existe em todo lugar do mundo. Eu visitei, na Dinamarca, um programa de altíssimo nível. Só que o discurso dos candidatos de lá, diferente do daqui é: na minha gestão eu vou diminuir o número de pessoas que recebem essa bolsa assistência. Significa o que? Vou gerar emprego, vou criar emprego. Nós precisamos ver que, aos pouquinhos, a sociedade civil começa a fazer o papel do parlamento, representar os interesses. Mas, absolutamente todos sob o guarda-chuva do corporativismo. Eu estou dizendo isso aqui, quase que como minha última fala diante dos senhores, para dizer da necessidade deste grupo, de que os senhores são muito mais importantes, não sei se os senhores conseguem avaliar o quanto contribuem com a sociedade Brasileira e com o país, participando desse encontro do Tribunal de Contas, porque nós somos pagos e somos conhecimentos para sermos, vou dizer assim, fiscais, desagradáveis, chatos, desconfiando, queremos saber a nota. Nessa questão da pandemia, nós precisamos nos reeducar, porque estava entre não permitir a compra do equipamento e a ameaça de morrer uma pessoa.

Mas, aqueles que só pensam em si, se aproveitaram da pandemia, roubou-se na pandemia. Qual foi a contribuição do Tribunal de Contas? Nós nos reeducamos, criamos esse COOPERA. Tudo será fiscalizado. Estamos permitindo que se compre em caráter emergencial para salvar vidas, mas nós precisamos proteger o bom gestor, e o bom gestor só é protegido se o mau gestor for punido. E não é essa história de que se está roubando dinheiro público não é ladrão. Essas coisas precisam ter consequências, para que um dia possamos convidar alguém para ser secretário, e ele venha ser secretário. E, no dia que deixar de ser secretário ou ministro, não saia com uma mala de processos, respondendo apenas com seus CPFs. A uma construção enorme para fazer nesses brasis desiguais, de classes sociais diferentes, de oportunidades diferentes. Com o tempo vamos ver quanto custou caro essas injustiças históricas que nós alimentamos. Nós não temos cento e sessenta e quatro estatais, nós temos seiscentas estatais, porque a estatal tem filhas estatais, que foram criadas porquê? Com advento do concurso público, onde é que se bota os incompetentes? E eu dizia para Salim: quando você for tratar de privatização, veja primeiro a diretoria, antes de ver os balaços, e faça estudo, o diretor é filho de quem, cunhado de quem. Venha dos mais simples para os mais complicados, senão nunca vamos diminuir esse estado Brasileiro. Eu queria agradecer, mais uma vez, minha participação aqui. Agradecer demais a participação dos senhores. Nos vimos pouco, nos nossos currículos vamos ter que colocar: pandemia, eu fui um presidente da pandemia, os senhores foram conselheiros da pandemia, tivemos técnicos da pandemia, foi um modelo novo nas nossas vidas. Mas eu espero que entendamos que vamos precisar pensar muito nos outros. O Kenedy, quando terminou o seu discurso de posse, disse: aí dos poucos que tem se não se preocuparem com os muitos que não tem. Nós teremos muitos que não terão, brasileiros, esses programas assistenciais terão que ser repensados, não eleitorais. Vamos tirar a próxima eleição do nosso radar, e vamos pensar em criar uma sociedade mais justa ou, pelo menos, menos injusta. Termino, citando uma frase de Descartes, dizendo: penso, logo existo. Pós pandemia, vamos ter que acrescentar o seguinte: penso nos outros, logo existo. É esse o Brasil que os senhores vão ajudar a construir. Muito obrigado, e espero que nos encontremos por outros caminhos.

**Fábio Granja** – Obrigado, presidente. A fala do senhor acabou instigando três conselheiros também a se manifestarem. Vou passar a palavra para eles. Vamos ouvir primeiro o conselheiro **Everardo Maciel**, que ainda não teve oportunidade de falar. Por favor, conselheiro.

## Conselheiro **Everardo Maciel**

---

**Everardo Maciel** – Primeiro, cumprimentar a todos, na pessoa do meu dileto amigo, presidente do tribunal, **José Múcio**. Dizer que é um privilégio participar desse conselho. Cumprimentar todas as instituições, intervenções muito qualificadas, e fazer alguns rápidos registros. Primeiro, dizer o seguinte: foi suscitada a questão de cadastro. De fato, temos uma proliferação de cadastros. Eu tenho, diria, não é o caso, pois teria que me alongar bastante, dizer qual foi a minha experiência na reestruturação no cadastro das pessoas físicas – o CPF. Nós conseguimos fazer, de forma discreta, o cancelamento de sessenta milhões de inscrições, sem que ninguém percebesse. Para isso, tínhamos uma metodologia. Eu quero dizer ao tribunal e às equipes técnicas que, no momento em que quiser conversar comigo sobre esse assunto, me encontro à disposição para mostrar qual foi a metodologia que utilizamos. Chamar a atenção que, de saída, temos que distinguir três conceitos. O conceito de chave de acesso, o número num cadastro, é uma coisa, outra coisa é o cadastro que está associado àquela chave, que é conjunto de informações. O terceiro elemento é a identificação do cadastrado. Tem que separar as três coisas. Se não tratar dessas coisas tecnicamente, misturar, faz uma enorme confusão e não funciona. O número não é elemento de identificação, é elemento de acesso, acesso a algum cadastro. Agora, temos uma proliferação de cadastro. Eu cito apenas um exemplo de uma coisa mínima: número de inscrição no PIS. Eu tinha, e não sabia, cinco números de inscrições. Trocavam a letra do meu nome. Eu nunca escrevi nenhum, quem escreveu foi meu empregador. Mas, para que isso? Não serve para nada. Os cinco números, o que faz? Com o decreto você extingue o número de inscrição. O segundo ponto, foi citado pelo conselheiro **Cechin**, eu o cumprimento pela primorosa posição. Chamar atenção, realmente precisa um órgão técnico como existe na Inglaterra, o NAIS, o Instituto Nacional de Excelência Clínica, para fazer a triagem do acesso ao serviço universal em Saúde. Isso não pode estar sendo discutido por um juiz, porque ele não tem qualificação para tomar decisões nesse caso. É preciso ter uma instância técnica que filtre esses problemas. Isso é possível. Dou exemplo do NAIS, como sendo um exemplo exitoso, que funciona no Reino Unido, para saber como construir isso dessa forma.

Por fim, eu queria dizer que eu concordo integralmente com os comentários do conselheiro **Roberto Brant**, sobre a necessidade de contrapartida, a percepção de qualquer tipo de transferência de renda. Eu, enquanto você falava, **Brant**, eu me lembrava de uma frase do presidente de Ruanda, Paul Kaghan, que dizia: qualquer assistência social que não implique em promoção social, é uma fraude. Ela tem que significar promoção para alguma coisa, senão é uma fraude. Não pode ser um programa interno desse. Eu quero dizer que eu subscrevo integralmente seus comentários sobre isso. por fim, peço máxima vênia ao conselheiro **Robson Braga**, para dizer que meu silêncio não significa anuência, para dizer que eu divirjo desses projetos de reforma tributária que estão sendo debatidos, divirjo no mérito, porque não posso pensar agora numa enorme redistribuição de carga tributária, afetando noventa e nove por cento dos contribuintes, especialmente em condições de pandemia e, sem me avançar no mérito, porque acho que não é o momento nem local para tratar disso, e falar também da importância. Nenhum país do mundo prossegue, numa pandemia, a reformas estruturais. São esses os comentários que eu recebo do mundo inteiro, surpresos, com a discussão desse gênero. O que temos que fazer é o seguinte, o que temos que fazer para enfrentar essa crise? Isso não está sendo discutido, não está sendo debatido, inclusive no plano tributário. Portanto, conselheiro **Robson**, peço mais uma vez a vênia para divergir do entendimento quanto a isso, mas eu não poderia ficar calado, dando anuência, portanto vou falar. Obrigado.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheiro **Everardo Maciel**. Passo a palavra então para o conselheiro **Robson Braga** e, em seguida, para o conselheiro **Murilo Portugal**.

**Robson Braga** – Obrigado, **Fábio**. Primeiro, queria pedir desculpas, temos que falar rápido, porque o tempo é curto e gostaríamos de falar muitas coisas. Segundo, eu queria também já convidar o conselheiro **Everardo Maciel**, pessoa que eu admiro e respeito, para que possamos ter uma discussão sobre essa questão da reforma tributária, reforma administrativa que, talvez, essa discussão possa ser patrocinada, presidente **José Múcio**, pelo próprio Tribunal de Contas da União, dentro desse conselho, acho que seria importante discutirmos esse assunto. Mas, eu queria fazer também uma sugestão, que eu acho que o Tribunal de Contas da União tem que ter um olhar bem específico e tratar de maneira diferenciada a questão das obras paralisadas no país. Nós temos um número enorme de obras paralisadas e, claro que, quando você considera o que já foi investido nessas obras e, considera o que falta investir e, talvez, faça uma taxa de retorno, você jamais vai viabilizar essas obras, porque elas foram [Intervenção simultânea].

**José Múcio** – Estou me inscrevendo com o **Fábio**, para falar sobre isso.

**Robson Braga** – [ ... ] porque essas obras, temos até uma posição de, se houve problemas do passado, que o Tribunal de Contas, a justiça, vá verificar o passado, mas o resultado das obras no futuro, que você encare o que falta para gastar com o retorno que ela vai dar para a sociedade Brasileira. Porque, se nós considerarmos o conjunto do que foi feito, jamais vamos viabilizá-las. São duas coisas separadas: o que foi feito, de que maneira foi feito e, se houve danos e alguns problemas; e o que falta fazer, com o resultado que ela vai dar para a sociedade. Obrigado.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheiro **Robson Braga**. Conselheiro **Murilo**, por favor.

**Murilo Portugal** – Eu estou evitando de pedir para falar, mas fui estimulado pelo ministro **Múcio**. Eu queria falar duas coisas. Primeiro, concordar com o que o grupo do **Jackson** propôs, e o **Robson** acabou de falar agora, sobre usar a arbitragem de disputas em reajustes de preço e outras modificações de contrato que ocorrem entre o poder público e os contratantes. Eu li o material que foi enviado. Existiam lá duas ideias contrárias: a arbitragem que é a indisponibilidade do interesse público, e o risco de corrupção dos árbitros privados. Acho que, realmente, o interesse público é indisponível num número reduzido de circunstâncias que dizem respeito a valores, sobre os quais nós realmente não podemos transigir. Mas, quando se trata de uma disputa meramente econômica, acho que não se aplica esse conceito da indisponibilidade do interesse público que, nesse caso, seria uma coisa meramente formal que talvez devesse ser mudado. Realmente, o risco de corrupção existe só que, infelizmente, a corrupção é para todos. Vimos que existe no setor público, tivemos vários exemplos, e também existe o setor privado. Então, queria fazer uma sugestão aqui, de experimentarmos com um projeto piloto, o uso da arbitragem. Escolher, aleatoriamente, um conjunto de obras paralisadas e botar para a arbitragem, para decisão. E ter um outro conjunto de obras paralisadas que vai seguir a via normal que é a decisão pelo TCU, a decisão pelo judiciário, e depois compararmos o resultado dessas duas coisas. Mas, a razão principal pela qual eu pedi para falar de novo, é para agradecer a contribuição extraordinária que o ministro **Múcio** deu ao país, como parlamentar, como ministro de estado e, agora, como juiz. E fazer votos que ele não pendure a chuteira, continue fazendo gols nas novas funções dele. Concordo inteiramente com a exortação que ele fez para a união, em torno de interesses maiores, superando divisões e interesses eleitorais, abandonando o corporativismo, e de nos preocuparmos com os que não tem. Concordo e subscrevo totalmente. Como sempre, o ministro **Múcio** tem a última palavra.

**Fábio Granja** – Obrigado, conselheiro. Passo a palavra ao presidente, para você arrematar a reunião e podermos concluir.

**José Múcio** – Obrigado. Primeiro, vou responder, falar com meu amigo **Robson**, sobre as obras paralisadas. São quatorze mil obras paralisadas. E nós, hoje, temos aqui, começou até na gestão de carreiras, a área nossa de comunicação, nós somos proativos e respondemos, não ficamos só apanhando. Foi cunhada uma frase que era chamada “apagão das canetas”. E, quando os jornais publicaram que haviam quatorze mil obras paradas, evidentemente os grandes suspeitos eram os órgãos de controle. Fernando acompanhou isso. Eu procurei Tóffoli e disse: o Supremo, como última instancia, precisamos organizar. Criamos um programa chamado DESTRAVA. Temos obras municipais, obras estaduais e, evidentemente, obras federais. Das quatorze mil obras paradas, apenas dois virgula sete ou, dois virgula oito por cento era por conta dos órgãos de controle. Aí entravam ministérios públicos estaduais e federais, IBAMA, entrava IPHAN, entrava tudo o que os senhores imaginavam no mundo. Só a paróquia do município não parava uma obra. O Tóffoli montou um grupo de estudo, o ministro Bruno Dantas representou o Tribunal, detectamos muitas obras municipais. E no meio das obras municipais, resolvemos começar pelas creches, e montamos aqui o DESTRAVA Goiás, carreiro nos representou no programa do DESTRAVA, e foi todo mundo para lá, para começarmos pelas creches, que é uma obra absolutamente indiscutível e simples. O problema estava no município, tinha prefeito que não queria continuar, que a obra foi do anterior, que ele não queria dar conclusão, que preferia botar o dinheiro em outra coisa. A função do Tribunal de Contas, uma das que não aparece, é que nós, por sermos uma obra de estado, não permitimos que se faça demagogia com o dinheiro público de um governo para o outro. Quer dizer, nós recebemos do governo que saiu a obra, mantemos a reponsabilidade do convênio e, se a obra não terminar, o próximo terá que terminar. Mas, chega lá no município, o prefeito: essa obra não começou comigo não. E a obra fica parada. Resultado, vamos ter que fazer uma remodelagem desse programa do DESTRAVA, vamos procurar novamente agora o novo presidente, o ministro Fux, para ver se damos uma modelagem diferente, porque tem muito prefeito que prefere que fique travado, e qualquer dinheiro que vá para lá, que seja aplicado noutro programa. O tribunal, por exemplo, uma coisa que eu queria que os senhores discutissem, essa questão da leniência, por exemplo. Tribunal de Contas, novamente procuramos o ministro Tóffoli, Mauricio Wanderley nos acompanhou nisso e foi quem conduziu tudo isso, para que fizéssemos um grande acordo de leniência no Brasil, porque todos os outros países, Estados Unidos botou o dinheiro de volta os seus cofres em dois anos. Aqui, ficamos discutindo: quem tem a responsabilidade final, é o TCU? Não. É a CGU? É a AGU? É o ministério público? Todos querendo ser atores principais disso. E esse dinheiro não volta. Muita gente envolvida, prendeu-se os culpados e prendeu-se também inocentes.

É como você ir num carro, dar carona a três pessoas, o carro atropela uma pessoa, fica o carro preso, o suspeito que atropelou preso, e quem estava de carona também. Para tudo. Fizemos grande acordo de procedimentos, presidido pelo ministro Tóffoli, assinado pela CGU, assinado pela AGU, aprovado em plenário do TCU. Aí, um procurador lá não sei de quanto, por questões políticas internas do ministério público, parou o programa, então, continua do jeito que está. Não é por questão de corporativismo, que eu falei no início, e as empresas, que não são culpadas, porque os atores da corrupção foram punidos ou, presumivelmente punidos. As empresas não têm nada e querem continuar, o carro quer andar. São coisas que nós precisamos discutir. Queria deixar aqui também, como uma proposta, para esse assunto da reforma tributária que nós temos aqui alguns professores, e o maior dele é o meu prezado amigo **Everardo**, que nós pudéssemos fazer aqui, até **Fábio**, desafio antes de terminar o ano, uma discussão sobre a reforma tributária e a reforma administrativa, que são temas tão presentes que, pós pandemia, vamos ter que enfrentar, eu acho que o conselho precisava se pronunciar. **Murilo**, nós nos conhecemos, aliás, eu conheço todos os conselheiros de trinta anos. Éramos todos jovens, você, inclusive, de outras batalhas. Eu fiz um balanço, na idade que eu estou, resolvi me dar de presente esses anos que faltam. Diz que todos os estágios da nossa vida têm depois, eu estou numa fase que eu tenho que esticar o presente, porque o meu depois eu sei o que é. Então, resolvi devolver para os netos, para os filhos através dos netos, esse tempo. Mas, vou continuar estudando, sem nada de público, sem governo, sem eleição. Quero ser um... contribuir com esses anos vividos, como vocês todos contribuíram. Quero, na verdade, imita-los, que são pessoas de sucesso que compõem esse conselho. Quero, daqui para frente, apenas ter essa participação, ajudar sem a questão do mandato, sem a questão do deputado, senador. Aqui foi uma grande escola, o Tribunal foi um curso de pós-graduação que eu fiz ao longo desses anos. Quero agradecer muito a amizade de vocês, todos tiveram uma história comigo. Me lembro de Fernando começando, a gente jantando no Piantella, ainda na folha, fazendo convênio, em dúvida se ia para os Estados Unidos ou não. Essa história tem trinta anos. De maneira que quero agradecer o carinho e, principalmente, a ajuda que vocês têm dado ao tribunal e, através do tribunal, à sociedade Brasileira. Muito obrigado a todos que compareceram aqui.

## Ministro do TCU

# Raimundo Carreiro

---

**Raimundo Carreiro** – Presidente, quebrando o protocolo, mas eu queria que vossa excelência me permitisse um minuto, inclusive os conselheiros, porque quero cumprimentar a todos. Já que eu fui citado, [Intervenção simultânea], bem citado. Bondade de vossa excelência, colega. Sobre as obras paralisadas. Vossa excelência disse muito bem, se eu comecei lá em 2017, 2018, continuamos com o ministro Tóffoli, e fizemos aquele grande evento em Goiânia, para lançar. Nós escolhemos a coisa mais social que existia nessas obras paralisadas. Nós acertamos com o presidente do Supremo, as creches para atender as pessoas mais necessitadas nesse país. E chegamos a esse resumo que vossa excelência falou, ministro, e a conclusão foi essa, que o prefeito não quer: eu não quero continuar isso aqui, não quero aquilo. E também perguntar ao governo, o governo tem interesse nisso, de continuar essas obras. Essa é outra pergunta que, certamente, já temos a resposta. Mas, além disso, ministro, senhores e senhoras conselheiros, e doutor **Robson** Andrade, tem um problema muito mais sério que isso, é uma questão federativa a questão dessas obras. O que é essa questão federativa? É que a União cria uma despesa para o município, a União cria uma despesa par ao estado. O governo que está no momento, no palácio, quer lançar uma candidatura, lança um programa, o PAC tal. As UPAS por exemplo, as UBS – Unidade Básica de Saúde, as creches, foram programas para a eleição. E aí, dá para o estado, dá para o município, a creche. Senhores, sabe quanto custa para manter uma creche dessas? O município não tem condições. O município dá o prédio, constrói com a verba, e quem vai manter essa creche? O município não tem condições. É uma questão federativa. Está a União criando uma despesa para o município. O ministro **Múcio** falou: eu não quero essa obra aqui, por várias questões, uma é a da despesa, e a outra é que iniciou pelo antecessor, está tudo irregular, ele não quer assumir para não ter responsabilidade, amanhã, de botar seu CPF na obra. Tudo isso nós levantamos aqui no Tribunal. É uma questão. A outra, eu vou voltar no início, é perguntar se o governo também tem interesse em seguir com essas obras, doutor **Robson**.

Temos diagnósticos, nós pedimos para não ser uma voz isolada, com o presidente do Supremo que, na verdade, ele atuou como presidente do Conselho Nacional de Justiça, que é um órgão administrativo do poder judiciário, e nos ajudou e chegamos a esse ponto. Só para deixar essa colocação aqui para os senhores, que nós damos a nossa contribuição para o país, mas também tem que ter a resposta de lá. E todas essas questões políticas e jurídicas que eu coloquei para os senhores. Muito obrigado, presidente. Desculpe eu ter falado depois de vossa excelência.

**Fábio Granja** – Senhores, eu queria agradecer. Dizer que tivemos um grande desafio, que foi unir tanta experiência e tanto conhecimento, em duas horas de debate, e conseguimos. Acho que até a sistemática de ser remota, facilita essa objetividade. No nosso caso, o CECAP quer agradecer profundamente a participação, tanto nas reuniões temáticas, como na reunião hoje, da plenária. Dizer que estamos completamente satisfeitos do resultado. Esse produto vai ser consolidado num documento que vai ajudar muito as nossas equipes no planejamento e numa visão que permita que não fiquemos tão herméticos, tão fechados em nossas próprias conclusões. Acho que essa é a maior contribuição do CECAP nesse processo todo. Só agradecer. As sugestões todas levantadas foram anotadas. E vamos conversar, presidente, com os conselheiros e com a Segepres, para tentar viabilizar ainda esse ano essas discussões que o senhor comentou. No mais, muito obrigado. Bom almoço para todos.

[Fim da reunião]